UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

CAMILLA AMORIM DE SENA MEDEIROS

CIDADANIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MELO VIANA

BELO HORIZONTE

2017

CAMILLA AMORIM DE SENA MEDEIROS

CIDADANIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MELO VIANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Gestão Pública.

Orientadora: Sibelle Cornélio Diniz da Costa

BELO HORIZONTE

2017

“As utopias amiúde não passam de verdades prematuras”.

Lamartine

RESUMO

Este estudo tem o intuito de verificar se a prática da economia popular solidária possui os mecanismos que favorecem a promoção da cidadania para aqueles que a praticam. Acredita-se que a prática de dois dos princípios da economia solidária, autogestão e solidariedade, são capazes de gerar novos tipos de participação e por consequência, de cidadania. Para tanto, foi feito um estudo de caso da Associação De Produtores De Economia Solidária De Melo Viana e, por meio da observação participante e da realização de um grupo focal com as participantes, verificou-se que a prática da economia solidária possui todos os elementos para a constituição de uma cidadania ativa e uma esfera pública mais democrática.

Palavras-Chaves: Economia Solidária; Cidadania; Solidariedade; Autogestão.

ABSTRACT

This study aims to verify if the practice of the popular solidary economy has the mechanisms for increasing the promotion of citizenship for those who practice it. It is believed that the practice of two principles of solidary economy, self-management and solidarity, are capable of generating new types of participation and, consequently, citizenship. Therefore, a study case was made involving the Associação De Produtores De Economia Solidária De Melo Viana (Association of Producers of Solidary Economy from Melo Viana) and, through the participants observation and by realization of a focus group with the participants envolved, it was verified that the practice of solidary economy has all the elements for the constitution of an active citizenship and a more democratic public sphere.

Keywords: Solidary Economy; Citizenship; Solidarity; Self management.

.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: I Feira de Economia Solidária de Melo Viana 46
Figura 2: II Feira de Melo Viana 47
Figura 3: Formação em economia solidária 48
Figura 4: Encontro com os candidatos à prefeitura de Esmeraldas 52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Categoria Social dos Sócios.....27
Gráfico 2: Principais Desafios.....30
Gráfico 3: Principais conquistas dos EES.....30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipo de organização 25
Tabela 2: Distribuição regional 26
Tabela 3: Distribuição da Área de Atuação por região 26
Tabela 4: Quantidade de Sócios e distribuição segundo o Sexo.....27
Tabela 5: Atividades Econômicas dos EES.....27
Tabela 6: Atividade Econômica segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).....28
Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes 44
Tabela 8: Renda, Pobreza e Desigualdade 45
Tabela 9: Ocupação da população de 18 anos ou mais 45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7

1- A economia popular solidária.....11

1.1. Economia social e economia solidária frente às configurações contemporâneas da produção e do trabalho 11

1.2. Economia popular na América Latina 16

1.3. Economia solidária no Brasil 20

2. Cidadania, solidariedade e autogestão 30

2.1. Cidadania: um panorama conceitual.....31

2.2. Cidadania e solidariedade 38

2.3. Cidadania e autogestão 40

3. A Associação de Produtores de Economia Solidária em Melo Viana 42

3.1. Sobre os aspectos metodológicos 42

3.2. Sobre a comunidade 43

3.3. Sobre o levantamento inicial e as atividades iniciais realizadas dentro do projeto de incubação realizado pelo NESTH 45

3.4. A Associação dos Produtores de Economia Solidária de Melo Viana 49

3.5. Algumas Percepções 51

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....63

REFERÊNCIAS 66

INTRODUÇÃO

A Economia Popular Solidária vem apontando para um novo tipo de sociedade. Com a junção dos pilares renda e desenvolvimento territorial, ela adianta certos elementos constitutivos de uma sociedade com organização coletiva de trabalhadores e de uma nova cultura de igualdade de gênero, na qual a regulação social seja realizada pela solidariedade e não pela competição, onde as relações sociais são baseadas na reciprocidade e os processos são mais importantes que os resultados. Esta visão está associada ao princípio da autogestão que, no contexto atual, sugere que o mercado de trabalho baseado no modo de produção capitalista expulsará grandes massas de mão-de-obra causando o impossível regresso ao pleno emprego e fazendo-se necessárias e viáveis experiências de autogestão.

A partir dos conceitos citados acima, buscou-se no presente trabalho verificar se a prática da economia popular solidária possui mecanismos que favorecem a promoção da cidadania das mulheres que a praticam, no sentido de que a mesma contribui para que elas se redescubram como ente político e participativo dentro da sociedade. A hipótese adotada neste estudo é que a prática da economia popular solidária constitui um instrumento importante na construção da cidadania entre seus participantes.

Para isso, será feito o estudo de um empreendimento econômico solidário, com a finalidade de analisar, de forma exploratória, como os princípios da economia popular solidária funcionam na prática, e se a economia solidária pode, de fato, favorecer a promoção da cidadania a partir de processos associativos e cooperativos, bem como as contribuições trazidas por ela na perspectiva do grupo estudado.

Foi escolhida para estudo a Associação de Produtores de Melo Viana (ASPEMEV), um empreendimento solidário formado por cerca de 20 pessoas, sendo essas majoritariamente mulheres negras e em situação de vulnerabilidade, moradoras de Melo Viana, distrito de Esmeraldas, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte. Essa escolha foi feita devido ao perfil social do grupo e à proximidade desta pesquisadora com a Associação, realizada a partir de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano

(NESTH/UFMG) por meio de uma proposta de projeto demandado pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, por meio do PRONINC/2003- Programa Nacional de Incubadoras Populares, executado com recursos da Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES).

A pesquisa teve como objetivo o desenvolvimento local do distrito de Melo Viana, por meio da implementação e fomento de uma feira de Economia Popular Solidária realizada pelos moradores no distrito A participação se deu por meio da colaboração da pesquisadora no fomento da feira.

Para tanto, será usada uma abordagem qualitativa de investigação (estudo de caso) na qual os dados serão levantados por meio de observação participante (pesquisa-ação) e um roteiro de entrevistas semiestruturadas recolhidas em um grupo focal com as participantes Todas as técnicas utilizadas na pesquisa serão orientadas por narrativas produzidas coletivamente entre os sujeitos para que dessa forma os resultados obtidos sejam fidedignos a realidade das participantes.

Além disso, esta pesquisa não se trata simplesmente de recolher dados sobre a realidade estudada, trata-se, sobretudo, de provocar uma redução na distância entre a teoria e a prática, desenvolvendo conhecimento, por meio da pesquisa e um modo de ação, com o envolvimento entre pesquisador e pesquisado no intuito de mudar uma dada situação particular levando em consideração a totalidade concreta tal como é vivida. Acredita-se que, a partir do envolvimento dos sujeitos na resolução dos problemas, será possível a modificação de comportamentos de forma mais rápida e efetiva. A pesquisa-ação é “principalmente, um processo de intervenção coletiva assumida por participantes práticos, com vistas a realizar uma mudança social com a implicação dos atores em situação. A contribuição dos pesquisadores é significativa, em virtude e sua associação orgânica e de sua crítica ao processo.” (DIONNE, 2007 p. 24).

É importante ressaltar o caráter político da economia solidária enquanto movimento social no processo de institucionalização do PRONINC, realizando pressão sobre o Estado ao demandar políticas públicas para o setor. Esses esforços foram fundamentais para a consolidação da economia solidária enquanto política pública. O PRONINC foi formalmente criado ainda em 1998, sendo institucionalizado apenas em 2003 com a política de economia solidária no Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE/Senaes). Conforme Decreto de criação nº 7.357 de 17/11/2010, ele tem como finalidade o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando a geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos. O programa tem como objetivos a construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação, além da articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional, como a formação de discentes universitários em economia solidária e a criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior.

A retomada do PRONINC em 2003 teve dois importantes protagonistas no processo de articulação para a criação de novas incubadoras e gestão daquelas já existentes: a Rede de ITCPs e a rede Unitrabalho. As primeiras ITCPs surgiram em meados de 1990, com um cenário de miséria, fome, desemprego e exclusão social, que emergiam da crise econômica que o país enfrentava. Naquele momento, surgiram iniciativas de organização de trabalhadores em empresas autogeridas, capacitação e qualificação profissional no âmbito dos sindicatos e a Campanha da Ação da Cidadania contra a fome e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”. A partir do entendimento que as universidades têm um papel social de buscar soluções dos problemas sociais relativos ao mundo do trabalho a partir do seu pensar e fazer acadêmicos, foi criada, em 1996, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Rede Unitrabalho.

A Unitrabalho se constitui numa Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. A Rede Unitrabalho vem realizando vários projetos articulados em torno de três programas nacionais: Educação e Trabalho, Relações de Trabalho e Emprego, e Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável. No eixo de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável estão as Incubadoras da Rede Unitrabalho que atuam nas universidades integradas.

O NESTH/UFMG é uma dessas incubadoras, criado em 1979 com o nome de Laboratório de Movimentos Sociais Urbanos, e tendo participado da criação da Unitrabalho, em 1996. Nessa Rede, tornou-se responsável pela coordenação regional da pesquisa Tendências da Economia Solidária no Brasil, (1998-2001), realizada sob a coordenação nacional do professor Paul Singer. Desde então, o Núcleo vem realizando estudos sistemáticos sobre a economia solidária em Minas Gerais, inicialmente com trabalhadores de empresas de autogestão no ramo metalúrgico. A partir da execução do Projeto Cenafoco, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e a Escola Sindical 7 de Outubro, foi aprofundada a interlocução das ações em economia solidária do Nesth/UFMG com as incubadoras de gestão do Departamento de Engenharia de Produção e do programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito, além da Agência de Empreendedorismo da Faculdade de Ciências Econômicas, com o apoio da Pró-reitoria de Extensão. Desse modo, foram criadas condições para que o projeto da Incubadora de Socioeconomia Solidária da UFMG fosse incorporado ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativa, da Senaes, em 2004. Atualmente e por meio do PRONINC, o NESTH é o responsável pela incubação do empreendimento econômico solidário na região de Esmeraldas, foco desse trabalho. (HORTA, 2006)

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo é tratado o conceito de economia popular solidária frente às novas configurações contemporâneas de produção e trabalho e, em seguida será apresentado o contexto do seu surgimento no Brasil, bem como sua expansão e algumas de suas características.

No segundo capítulo é feita uma definição de conceito de cidadania e seus debates atuais, além de uma apresentação, baseada em alguns autores, sobre de que forma a cidadania e a economia solidária estão relacionadas.

No terceiro capítulo é realizado o estudo da Associação de produtores de Melo Viana, e, após uma breve exposição de como se deu a sua criação, são apresentadas suas principais características e as percepções da pesquisadora e das participantes sobre a formação de cidadania. Por fim, serão feitas algumas considerações finais.

1- A economia popular solidária

O ponto inicial deste trabalho é analisar, de forma exploratória, se os princípios da economia solidária possuem mecanismos que podem favorecer o surgimento de uma nova cidadania. Para tanto, é necessário explorar o contexto do surgimento da chamada economia popular solidária, assim como as novas configurações de produção e suas implicações na concepção do trabalho.

Desse modo, este capítulo está organizado em três seções. Na primeira, será apresentado um panorama das configurações contemporâneas de produção e trabalho, bem como o surgimento da economia social na Europa e sua consequente expansão para o que denominamos economia solidária. Na segunda seção, é apresentada a contribuição de alguns autores para o conceito de economia solidária, em interface com outros conceitos como economia dos setores populares, economia do trabalho ou economia popular, na América Latina. Na terceira, é apresentado o contexto do surgimento da economia solidária no Brasil, sua expansão a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - e algumas características dos empreendimentos econômicos solidários no país.

1.1. Economia social e economia solidária frente às configurações contemporâneas da produção e do trabalho

Lima (2006) aponta que as recentes mudanças políticas e econômicas advindas das novas tecnologias de produção alteraram substancialmente as relações de capital-trabalho na última década. A internacionalização dos mercados, somada às reformas neoliberais do aparelho estatal, adotando como referência os modelos de empresas privadas, pressionaram mudanças institucionais, revolucionaram os processos produtivos e a comunicação, visando à desoneração da produção, da distribuição e da circulação de mercadorias. Todos esses fenômenos reunidos, atrelados à globalização, têm afetado de forma significativa as relações do universo do trabalho, trazendo transformações à vida social dos trabalhadores e à organização do cotidiano centrado no trabalho (LIMA, 2006).

A flexibilização das relações trabalhistas também tem afetado os setores produtivos de duas formas: a desregulamentação - ou eliminação de entraves legais as necessidades do capital - e a precarização – desregulamentação resultante da

eliminação dos direitos sociais que constituem a “cidadania salarial”, a partir dos anos 1950 (LIMA, 2006).

Esses novos contornos das relações capital-trabalho, definidos a partir da flexibilização, tiveram também como consequência o enfraquecimento de identidades sociais vinculadas ao trabalho, o que redundou em uma diminuição das lutas operárias e na transformação nas formas de atuação das organizações trabalhistas, que hoje têm suas reinvindicações reorientadas de melhores condições de vida para a manutenção de postos de trabalho e direito. Porém, sempre de forma defensiva (LIMA, 2006).

Diante disso, tem-se a recuperação de um conceito vinculado a formas precárias de utilização da força de trabalho, o de informalidade. Considerado por muito tempo como sinônimo de subdesenvolvimento econômico e atraso social, o termo trabalho informal, surgido no final dos 1960, caracterizava uma gama de atividades e ocupações fora do mercado formal. O termo englobava desde o trabalho de ambulantes vendendo mercadorias, servindo como distribuidores da indústria sem pagamento de impostos de comercialização, a ateliês artesanais e pequenas fábricas de fundo de quintal, ou ainda, a prestação de serviços desregularizados a baixos salários, como o setor da construção civil e serviços domésticos. Embora considerado como funcional ao capitalismo, pois garante mão de obra barata a empresas, esse informal era interpretado como transitório, sendo decorrente de uma modernização capitalista ainda em construção em países subdesenvolvidos (LIMA, 2006).

A partir dos anos 1980, a informalidade é reconceituada. Em decorrência dos processos de flexibilização, ela deixa de ser uma característica de países de terceiro mundo em desenvolvimento para se tornar um produto dos novos tempos flexíveis. Ao lado da informalidade, somam-se novas formas contratuais institucionalizadas pelo “livre mercado”.

Segundo Antunes (2005), a crescente substituição do trabalho vivo na produção pelo trabalho morto ou maquinário técnico-científico resultou no desemprego estrutural crescente na contemporaneidade. Dessa forma, homens e mulheres têm seu cotidiano moldado por esse desemprego estrutural e oscilam

entre a busca por um emprego ideal e o contentamento por qualquer labor. Esse quadro configura o que o autor chama de *a nova morfologia do trabalho:*

> Além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, exercendo trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo. (ANTUNES, 2005, p.143)

Tendo em vista a importância do trabalho na vida social, considerando-o vital na construção da dignidade, humanidade e felicidade da atividade humana, é necessário compreender a classe trabalhadora de modo ampliado, dada sua conformação mais fragmentada, heterogênea e complexa, bem mais ampla que o antigo proletariado industrial produtivo, englobando hoje o trabalho feminino, jovens, idosos, trabalhadores assalariados, informais e terceirizados. Ou seja, é necessário compreender que todo esse processo de flexibilização do trabalho, e sua consequente precarização, resultaram em um conjunto de seres sociais que hoje têm toda a sua vida e rotina determinada pela venda da sua força de trabalho, sendo necessária a recusa ao trabalho que explora e aliena e o reconhecimento do seu potencial emancipador (ANTUNES, 2005).

Diante desse cenário, fazem-se necessárias novas alternativas de trabalho e produção, capazes de retirar o trabalhador das incertezas presentes nas novas formas contratuais e flexíveis, colocando o conceito de informal em outro patamar. A partir desses questionamentos, será apresentado o debate sobre a economia solidária.

Para Singer (2002), as origens da economia solidária convergem com o início do capitalismo industrial. No início da Revolução Industrial, com o empobrecimento dos artesãos devido à substituição do seu trabalho por máquinas, trabalhadores eram explorados a ponto de sua debilidade física causar a morte. Em meio a isso, Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil em New Lanark no início do século XIX, passou a promover ações em prol dos trabalhadores. Em vez de explorar plenamente seus empregados, ele limitou a jornada de trabalho e proibiu o emprego de crianças. Tal conduta resultou em aumento de produtividade, apesar do aumento na folha de pagamentos, consequência da ampliação de direitos dos trabalhadores.

Após o fim da Revolução Francesa, em 1815, a Grã-Bretanha entrou em uma profunda crise econômica. Owen diagnosticou que a crise era devido à falta de demanda por produtos bélicos ao fim da revolução. Ele então passou a defender a reinserção dos trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, aquecendo o mercado novamente. Ele também sugeriu a criação de um fundo de sustento aos pobres, que deveria ser convertido na compra de terras e construção de aldeias cooperativas nas quais os trabalhadores produziriam sua própria subsistência e os excedentes da produção seriam trocados entre aldeias. Com a perda do apoio do governo, que percebia os planos de Owen como uma completa mudança no sistema social, Owen partiu para os EUA (COLE, 1944 *apud* SINGER, 2002).

Mais tarde, discípulos de Owen começaram a colocar suas ideias em prática, criando um surto de sindicalismo em toda a Europa com as cooperativas Owenistas, sendo a primeira criada em 1824 por George Mudie. Com a ascensão do cooperativismo, o Owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. John Doherty, em 1829, conseguiu organizar um sindicato nacional formado por fiandeiros de algodão. Doherty lutou por uma organização sindical que centrasse todas as categorias de trabalhadores. Criada em 1833-34, a Grand National Consolidated Trades Union, sucessora da Grand National Moral Union de Owen, é considerada possivelmente a primeira central sindical do mundo (COLE,1994, P. 24 *apud* Singer, 2002, p.29).

Nessa época, tornou-se comum que trabalhadores, ao invés de fazer as tradicionais greves paralisando a produção, se lançassem em competição com seus empregadores à base de planos de produção cooperativa. Assim, o início da economia solidária se associa com o início da formação dos sindicatos a partir das cooperativas Owenistas, onde a greve tornava-se uma arma para eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão (SINGER, 2002).

Singer (2002) acrescenta que, ao fim do século XX, a melhoria na vida dos trabalhadores, devido à conquista de direitos aos assalariados, garantidos pela luta dos sindicatos após a segunda guerra mundial, debilitou a crítica ao assalariamento alienante. O movimento operário passou a lutar pelos interesses dos trabalhadores enquanto assalariados, sendo a conservação do emprego a parte mais crucial. *"Por*

meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania social que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção." (Singer, 2002, p. 110). Isso gerou o desinteresse pela economia solidária, fato que causou a introdução ao assalariamento no interior das cooperativas e a profissionalização das suas gerências, afastando assim, o trabalhador da autogestão (SINGER, 2002).

Nesse sentido, Singer (2002) aponta que a economia solidária, ao fim do último século, começou a ser reinventada na maioria dos países. Ela manteve suas raízes, priorizando a democracia, a igualdade, a autogestão e o repúdio ao assalariamento, mas, com o fracasso do socialismo na Europa Oriental e com o semifracasso dos governos e partidos social democratas, principalmente na América Latina, que *"não conseguiram muito mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado de bem estar-social*" (Singer, 2002, p.111) as novas concepções de economia solidária rejeitaram a ideia de que a emancipação passa pela centralidade do Estado e voltaram sua atenção para a sociedade civil, colocando esforços na promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e emprego, melhoram suas condições de vida.

Gaiger (2009) também aponta que as raízes da *economia solidária* foram originadas na *economia social.* Datada do século XIX, após a Revolução Industrial, a *economia social* era caracterizada por uma onda de associativismo entre operários e camponeses em formas de gestão autônomas e democráticas nas quais as relações de poder e a repartição de ganhos eram subordinadas à primazia das pessoas diante do capital, tendo como principal objetivo a garantia de benefícios aos membros. *"A rentabilidade econômica representava antes um meio do que um fim, orientando-se pelos objetivos sociais das organizações."* (GAIGER, 2009, pag. 82) A partir do século XX, com o avanço do capitalismo e desmobilização dos operários, a *economia social* sofreu um processo de assimilação ao regime Estado-mercado: *"À medida que o mercado e o Estado foram assumindo suas funções de geração de riqueza e de assistência social, a solidariedade de tipo associativo recuou para um papel subsidiário."* (GAIGER, 2009, p. 83)

Isso se manteve até o início dos anos 1970, quando a produção industrial foi transferida dos países centrais e semidesenvolvidos para aqueles onde havia menor garantia de direitos dos trabalhadores, fato que gerou desemprego em massa em

toda a Europa. Nesse período *"Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria"* (SINGER, 2002, p. 110).

Conforme aponta Gaiger (2009), a *economia social* também tem a sua dimensão política e combativa gradualmente sufocada pelas correntes liberais, sendo recuperada apenas nos anos 1970 com a crise da regulação keynesiana que repercutiu no equilíbrio social do chamado Estado Providência. Era o início da *nova economia social* formada por

> iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo, empresas em processo falimentar transferidas as mãos dos trabalhadores, etc. (Gaiger, 2009, p.83)

A nova economia social passou a substituir o papel tocante ao mercado na criação de empregos e crescimento econômico, e ao Estado, na redistribuição e regulação. Porém, Gaiger (2009) aponta que, diferentemente da noção de terceiro setor, a *nova economia social* recusa-se a cumprir o papel de reparadora do sistema de Estado providência, ao contrário, suas ações consistem em clamar por um novo sistema de regulação econômica em conjunto com o caráter universal e irrevogável dos direitos cidadãos, além de refutar a separação entre as esferas econômica e social e a omissão de sua dimensão política. Devido a essa conotação, a *nova economia social* também é chamada *de economia solidária* ou *economia social e solidária* na América Latina.

1.2. Economia popular na América Latina

São diversas as conceituações ligadas ao universo da *economia solidária*. Gabriel Kraychete (2006) denomina *economia dos setores populares* aquelas atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos destinados a prover e repor os meios da vida, utilizando recursos humanos próprios, agregando unidades de trabalho e não de inversão de capital. As ações se organizam de modo individual, familiar, associativo ou informal. Elas expressam um conjunto heterogêneo de ocupações e antes de qualquer coisa, populares.

Kraychete apoia-se em F. Braudel (1985;1996) para apontar as diferenças entre economia de mercado e capitalismo e assim, identificar e compreender a racionalidade das economias populares. Segundo Braudel, não poderia haver

cidades sem divisão do trabalho e sem mercados. A atividade produtiva pressupõe a existência da divisão do trabalho e assim, a existência de trocas que antecedem o mercado. Portanto, sem a existência do mercado não haveria economia no sentido *stricto* da palavra, existiria apenas a autossuficiência. Porém, somada à ideia de economia de mercado existe a ideia de um sistema capitalista que perpassa toda a sociedade de alto a baixo, excluindo os setores populares e colocando-os à margem da economia.

> Esta economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no andar superior da economia, em relação ao qual ocupa uma posição subordinada. Possui, entretanto, uma lógica econômica peculiar, que a distingue da empresa capitalista. (KRAYCHETE, 2006, p.4)

Se as empresas capitalistas dispensam a mão de obra em nome do lucro, os empreendimentos populares não são capazes de dispensar os filhos, cônjuges e idosos no seu entorno. A lógica dos setores populares é reversa à lógica do capital. Se o capital despreza a vida para priorizar o lucro, a economia dos setores populares se define pela lógica de reprodução da vida (KRAYCHETE, 2006).

Essa lógica dos empreendimentos populares, quando vista pela ótica da acumulação do capital, pode ser entendida como irracional ou ineficiente, e é neste fato que reside a principal diferença entres os empreendimentos populares e as empresas capitalistas: nos primeiros, as atividades de produção e comercialização de bens e serviços giram em torno da subsistência da unidade familiar, enquanto no segundo caso, a lógica do capital é apenas gerar lucro. A solidariedade presente nesses empreendimentos tem um efetivo sentido do ponto de vista da sustentação da vida do trabalhador e de sua família. (KRAYCHETE, 2006). Para a economia do capital, o crescimento da produtividade é o critério que define a eficiência da mesma. Já na economia dos setores populares, o que prevalece é a qualidade da vida, a realização efetiva do potencial das pessoas interligadas por relações de solidariedade.

Partindo dessa mesma lógica de reprodução da vida, Coraggio (2009) denomina de *economia do trabalho* as formas de organização da produção de acordo com uma lógica reprodutiva da vida. A unidade de análise econômica mais apropriada para o autor é a *unidade doméstica.* As sociedades capitalistas têm a empresa como forma elementar de organização microeconômica para o acúmulo do

capital, enquanto a *economia do trabalho* tem como forma elementar a unidade doméstica, que materializa a organização microeconômica própria do trabalho e da sua reprodução. A economia do trabalho pode ser estendida na forma de associações e comunidades organizadas que em conjunto formam a economia popular e *"[...] estabelecem relações de intercâmbio, dentro de uma economia mista sob a hegemonia do capital, com o subsistema de empresas de capital e com o subsistema de organismos do Estado."* (CORAGGIO, 2009, p. 122).

Dentro da *economia do trabalho* estão incluídos os processos autogestionados pelos trabalhadores, sejam individuais ou coletivos; empreendimentos familiares, associações que organizam as condições de vida, caixas de consórcio e cooperativas. *"O trabalhador não é o proprietário de um recurso organizado pelo capital, mas o sujeito da produção, em luta por sua autonomia a partir da raiz do sistema capitalista"* **(**CORAGGIO, 2009).

Na *economia do trabalho*, o conjunto da economia é concebido como um sistema que combina cinco princípios de integração social: autarquia da unidade doméstica; reciprocidade intra e intercomunidades; redistribuição nos diversos níveis da sociedade; intercâmbio em mercados regulados ou livres e planejamento da complexidade, orientada solidariamente pela lógica da reprodução ampliada das capacidades de todas as pessoas e da qualidade da vida em sociedade (CORAGGIO, 2009).

A questão social, segundo Coraggio (2009), não reside na busca pela recuperação do pleno emprego, para que os produtos produzidos pelo capital sejam amplamente consumidos. Ela reside no resgate ou reinvenção de outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, incluindo o trabalho, nesse sentido, como uma experiência de deleite e fraternidade.

> Essas organizações da economia popular podem atender a aspectos específicos da reprodução, manifestando-se, por exemplo, na ação dos sindicatos que lutam pelo valor das condições contratuais do trabalho assalariado; das associações de produtores autônomos que compartilham meios de produção ou canais de comercialização; das cooperativas de autogestão de serviços; das redes de abastecimento; ou dos movimentos reivindicativos de recursos e ativos. Essas iniciativas propiciam uma espécie de acumulação originária na qual a nova economia recupera recursos da economia capitalista, não mediante o intercâmbio mercantil, mas por meio da pressão, força e reinvindicação de direitos e de associações de bairro

> que auto administram seu habitat comum enquanto constroem espaços de sociabilidade primária.” (CORAGGIO, 2009, p. 123)

Segundo Coraggio (2009), para entender o potencial da economia popular é necessário fazer uma crítica que a supere juntamente com uma abordagem sistêmica para *“transformar todos seus aspectos em um conjunto organicamente vinculado de produção e reprodução, que volte a relacionar o trabalho com a satisfação de necessidades democráticas.”* (CORAGGIO, 2009, p.125). É evidente que pode haver dentro da (outra) economia do trabalho resquícios do modo de produção capitalista, como forte concorrência entre comunidades ou indivíduos. Mas a proposta presente na economia do trabalho implica considerar a

> pluralidade de formas na contra mão da tendência do capital de impor o trabalho abstrato e o consumo incessante como niveladores sociais [...]. As concepções do que seja a boa vida são individuais e inerentes ao ser humano, mas todos precisam necessariamente ter, antes de tudo, a vida garantida para poder escolher o novo ou ater-se a sua cultura original. (CORAGGIO, 2009, p.125)

Paul Singer (1999) é crítico da conceituação de Coraggio por considerar a *economia do trabalho* como parte integrante da economia capitalista. Singer sugere que essa outra economia, ou *economia solidária,* nos seus termos, seja uma economia alternativa ao capitalismo. Segundo Singer (2002), a *economia solidária* possui como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. O autor também aponta as principais diferenças entre economia capitalista e a economia solidária, sendo a principal delas o modo como as empresas são geridas. A primeira é baseada na heterogestão, ou administração hierárquica, baseada em informações de baixo para cima e ordens de cima para baixo. Nesse tipo de gestão, quanto mais se sobe na hierarquia, mais se tem poder de decisão e conhecimento sobre a empresa. Já na empresa solidária, a administração é feita por meio da autogestão. Todas as decisões são tomadas em assembleia ou por representantes dos sócios, eleitos por meio do voto. Além disso, as ordens e instruções fluem de baixo para cima. Todos detêm o mesmo conhecimento sobre a empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de problemas (SINGER, 2002).

Para Singer (2002), a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores, pois demanda ampla participação e preocupação com os problemas gerais da empresa. O maior inimigo é o desinteresse dos sócios em se esforçar para

o bom funcionamento da prática democrática, pois muitos estão acostumados com o modo de produção capitalista, que despreza a formação democrática dos sócios.

Aproximando-se do conceito de Singer, Gaiger (2009) também denomina *economia solidária* o conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática de trabalhadores, visam o ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. Segundo ele, a solidariedade é criada a partir da cooperação dos trabalhadores na atividade econômica, na disponibilização dos meios de produção para uso comum e na autogestão dos empreendimentos.

Tendo em vista a multiplicidade de configurações implicadas por contrastes regionais, o autor aponta a dificuldade de uma conceptualização, cuja unidade ainda está em processo de construção. Todavia, é possível identificar algo em comum quanto ao significado que essas novas formas de produção assumem para seus protagonistas.

> Elas expressam a impossibilidade e a recusa de viver segundo os preceitos da economia capitalista e nos termos de sua sociabilidade intrínseca; em outras palavras, a negativa de abandonar sistemas de vida que não desvinculam as relações econômicas das relações sociais, insistindo em resgatá-los ou em agir por sua instauração.” (Gaiger, 2009, p. 87)

1.3. Economia solidária no Brasil

Segundo Singer (2014), a economia solidária renasceu no Brasil com a crise social das décadas de 1980 e 1990. Com a desindustrialização, milhões de postos de trabalho foram perdidos, fato que acarretou desemprego em massa e aumento da exclusão social. Ainda em 1980, a Cáritas (entidade ligada à conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CBB) financiou milhares de projetos denominados PAC’s (Projetos alternativos comunitários). Esses pequenos projetos eram destinados a gerar trabalho e renda de forma associativa para as camadas mais pobres das periferias e zonas rurais em diferentes regiões do país. Muitos desses PACS se transformaram em empreendimentos econômicos solidários consolidados, vendendo sua produção ao mercado, e outros ainda são dependentes de ajuda de entidades como a Cáritas.

Outra modalidade de ES é a recuperação de empresas falidas por seus trabalhadores, que as restabelecem como cooperativas autogestionárias. Esse

movimento teve início no Brasil em 1980, com a experiência da Markerly, uma fábrica de sapatos localizada na região de Franca, município de São Paulo, que empregava 482 trabalhadores. Em vista da grande crise que a empresa enfrentava, os trabalhadores, com o apoio do sindicato dos sapateiros e do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), conseguiram um empréstimo de 600 mil dólares pelo Banespa (Banco do Estado de São Paulo), fato que só ocorreu por meio da luta dos trabalhadores, que ocuparam a sede do Banespa. Essa experiência ficou conhecida como “fábrica do trabalhador”.

Em 1994, ocorreu o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, do qual participaram seis empresas e partir daí, foi criada a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) com o intuito de ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação e avanço da Economia Solidária no Brasil (SINGER, 2002).

Com o crescimento da Anteag, emergiram iniciativas dos sindicatos e trabalhadores. Nos anos 2000, a Anteag foi contratada pelo governo do Rio Grande do Sul, que começou a priorizar a economia solidária através de um convênio, fazendo com que, em um ano, surgisse uma centena de novas cooperativas, possibilitando a preservação de dezenas de milhares de postos de trabalho (SINGER, 2002).

O sindicato dos metalúrgicos e dos químicos do ABC, engajado em discutir o movimento da economia solidária e os princípios cooperativos e de autogestão, tendo em vista o apoio dado às transformações de empresas falidas em cooperativas solidárias, perceberam, em 1988, em um seminário interno, que era necessário proporcionar aos novos cooperados ferramentas de informação, formação e capacitação para a condução dos novos negócios. Foi então criada em 1999, durante o encerramento do 3º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol Cooperativas).

O MST também é propulsor da autogestão no Brasil, uma vez que promove a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para isso, criou entre 1989 e 1990 o sistema cooperativista dos assentados. Após dez anos de sua criação, o sistema conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros subdivididas

em três grupos principais: cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito.

Outro apoiador e propulsor da economia solidária no Brasil são as universidades, que por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) fazem um trabalho interdisciplinar, integrando alunos, professores e pesquisadores da área, atendendo grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico, possibilitando assim a viabilização desses empreendimentos autogestionários. Desde 1999, as ITCPS constituíram uma rede de apoio que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento internacional de economia solidária. As ITCPS se uniram, também em 1999, à fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades, prestando serviços nas mais diferentes áreas ao movimento operário. Desde 1997, a Unitrabalho desenvolve pesquisas sobre economia solidária e existe um crescente número de núcleos da Unitrabalho nas universidades desenvolvendo um trabalho semelhante ao das ITCPS.

Prefeituras e alguns governos estaduais também têm destinado recursos para a contratação da Unitrabalho, Anteag, ITCPS, Unisol e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, combatendo a pobreza mediante a auto-organização em formas de produção associada para aqueles que desejarem, de forma que possa ser garantido o autosustento mediante seu próprio esforço produtivo.

A CUT, em 1999, criou a Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS). Por meio dela, e com as parcerias da Unitrabalho e do Departamento Intersindical de Estatísticas e estudos Sócio Econômicos (Dieese), a CUT vem difundindo conhecimentos sobre economia solidária entre as lideranças sindicais e outros militantes das entidades de fomento da economia solidária. Em 2001, aconteceu o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nesse fórum foi lançada a Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária, integrando diversas entidades de fomento da Economia Soliária em todo o país. A rede se baseia no intercâmbio de notícias e opiniões em torno da Economia Solidária e também se transformou em uma rede

eletrônica de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações de produtores (Singer, 2002).

Em 2003, foi criada pelo então presidente Lula a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, vinculada ao Ministério do Trabalho e emprego (MTE). Com a sua criação, o movimento de economia solidária no Brasil se expandiu rapidamente, sendo criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Singer, 2014). O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o país.

Segundo Singer (2014), um dos primeiros problemas enfrentado pela Secretaria foi o estranhamento dos auditores fiscais a respeito das cooperativas. Tais profissionais estavam empenhados em combater o vertiginoso crescimento de falsas cooperativas que, naquele período de elevado desemprego, estavam sendo utilizadas para contratar empregados terceirizados por grandes empresas a custos reduzidos e sem ter acesso à legislação trabalhista. Essas cooperativas não eram de seus associados, mas do contratante das mesmas. *"Os trabalhadores se submetiam à precarização de seus direitos por receio de perderem os empregos e experimentarem a longos períodos de desemprego"* (Singer, 2014, p. 90). Como os auditores fiscais estavam habituados apenas a esse tipo de cooperativas, estavam convictos de que todas as cooperativas de trabalho eram falsas. O objetivo primordial da Senaes, com Paul Singer à frente da Secretaria, foi de ajudar trabalhadores desempregados a se organizarem em cooperativas "autênticas", autogeridas, pois muitas delas estavam sendo fechadas pela auditoria.

Para garantir o desenvolvimento dessas cooperativas, a Senaes percebeu que era necessário inserir esses trabalhadores na legislação trabalhista, assim acabaria com o problema do falso cooperativismo, em que trabalhadores sem emprego eram induzidos a abrir mão de seus direitos legais*, "submetendo-se a uma superexploração acobertada pela farsada contratação por pseudocooperativas a serviço dos exploradores."* (Singer, 2014, p. 90).

Após longos debates entre Senaes, organizações cooperativas, sindicatos e bancadas parlamentares, o governo enviou ao congresso um projeto de lei que garantia aos cooperados o pleno gozo de direitos para reconhecimento do trabalhador. O assunto foi amplamente debatido e, após seis anos de tramitação, a lei nº 12.690 de 2012 foi aprovada nas duas casas e sancionada pela então presidente Dilma Rousseff. Esta lei também dispõe sobre a criação do Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP), destinado a apoiar aquelas cooperativas de trabalho cujos rendimentos eram insuficientes para cobrir o valor dos benefícios legais a que seus associados fazem jus (Singer, 2014).

Em 2011, a Senaes, dando continuidade ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), ficou encarregada de executar parte da política de promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda, cuja sobrevivência depende fortemente do usufruto do Programa Bolsa Família (PBF). A Secretaria, para a execução dessa política, buscou promover o endodesenvolvimento das comunidades vitimadas pela pobreza extrema. O endodesenvolvimento é caracterizado por ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele.

> Sua visão fundamental é que a redenção da classe trabalhadora só pode ser obra da organização dos próprios trabalhadores em diferentes tipos de associação que, unidas por laços de solidariedade, constituem empreendimentos capazes de produzir bens e serviços com qualidade para disputar a demanda em mercados e assim alcançar renda suficiente para resgatar da pobreza todos os membros comunidade.” (Singer, 2014, p. 92)

A partir de 2011, a Senaes também promoveu novas atividades para garantir a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários. Para tanto, a Secretaria promoveu a formação de redes de comercialização e finanças solidárias. Ainda em 2010, o então presidente Lula assinou um decreto instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. *“este sistema reúne as entidades brasileiras que se dedicam ao comércio justo e vai gradativamente englobando os EES, à medida que estes vão se desenvolvendo.”* A dificuldade de acesso a mercados vai sendo superada aos poucos por meio da ampliação de feiras de economia solidária, cada vez maiores, culminando, nos últimos anos, na Feira Internacional de Santa Maria/RS, onde empreendimentos de todo o país se reúnem para comercializar seus produtos.

Outra forma que tem sido encontrada para o escoamento da produção é a multiplicação dos grupos de consumo responsável (GCRs). Os GCRs são iniciativas de pessoas organizadas para acessar produtos que estejam alinhados com os valores da economia solidária, representando uma alternativa frente aos habituais canais de comercialização no mercado. Essas iniciativas fazem contratos permanentes entre produtores e consumidores, possibilitando a compra de alimentos saudáveis com preços acessíveis, além do apoio ao pequeno produtor. Outro arranjo tem sido as finanças solidárias, formados por bancos comunitários de desenvolvimento, que promovem fundos rotativos e cooperativas de crédito que, atualmente, somam cerca de 1000 bancos comunitários no país.

No que tange às características dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, é possível auferir, a do Primeiro e Segundo Mapeamentos Nacionais[1] algumas características dos mesmos:

Quanto à forma da organização dos EES, 60% são associações. Outras formas são a cooperativa (8.8%) e as diversas formas de sociedade mercantil (0,6%). Outros 30,5% declararam atuar como grupos informais.

Tabela 1: Tipo de organização

Forma de organização	**Quant.**	**%**
Grupo informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
Total	**19.708**	**100**

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária/2013 (Adaptado)

No que tange à distribuição regional dos empreendimentos, verifica-se que mais de 40% dos EES localizam-se na região Nordeste do país. A distribuição em outras

[1] Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES, coordenado pela SENAES. O SIES foi implantado no ano de 2004 e até o momento realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico solidários no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005 quando foram mapeados 14. 954 EES. Este levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905 EES. Nesta primeira fase foram totalizadas informações de 21.859 EES. A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663 EES.

regiões é bastante próxima, com exceção da região Centro Oeste, onde localizam-se 10,3% do total de empreendimentos.

Tabela 2: Distribuição regional

Região	Quant.	%
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro Oeste	2.021	10,3
Brasil	**19.708**	**100**

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária/2013(Adaptado)

Do total dos empreendimentos solidários no Brasil, 54,8% atuam em zona rural. Ao ser considerada a relação entre a área de atuação e a região do Brasil, verifica-se que somente nas regiões Norte e Centro Oeste a distribuição é mais próxima da média Nacional. Na região Nordeste é predominante a atuação em área rural (72,2%). Na região Sul, a atuação em área rural e urbana é bastante equilibrada em torno de 40%.

Tabela 3: Distribuição da Área de Atuação por região

Região/Área de atuação	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro Oeste	%	Brasil	%
Rural	1.566	50,1	5.804	72,2	959	29,7	1.382	42,0	1.082	53,5	10.793	54,8
Urbana	1.270	40,6	1.554	19,3	1.970	61,0	1.392	42,3	670	33,2	6.856	34,8
Rural e Urbana	290	9,3	682	8,5	299	9,3	518	15,7	269	13,3	2.058	10,4
Total	**3.126**	**100**	**8.040**	**100**	**3.228**	**100**	**3.292**	**100**	**2.021**	**100**	**19.708**	**100**

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária (2013)

Quanto às características gerais dos sócios dos EES, os dados indicam a predominância de homens (56,4) em relação às mulheres (43,6).

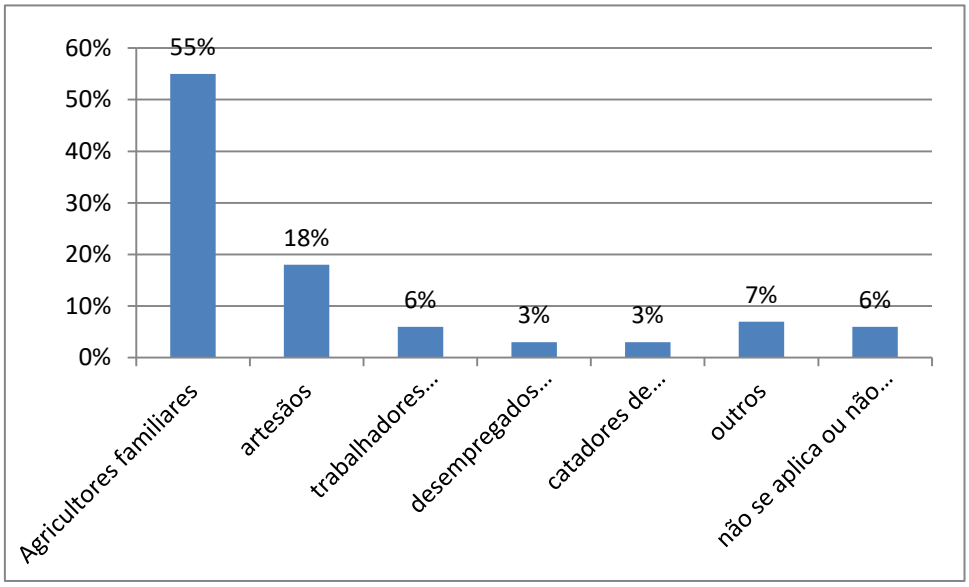
Tabela 4: Quantidade de Sócios e distribuição segundo o Sexo

Sexo	Quantidade	%
Mulheres	620.258	43,6
Homens	803.373	56,4
Total	**1.423.631**	**100,0**

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária/2013(Adaptado)

Na categoria social das pessoas associadas, destacam-se as categorias de agricultores familiares (55%) e dos artesãos (18%), apenas essas duas somadas totalizam 73% dos empreendimentos econômicos solidários.

Gráfico 1: Categoria Social dos Sócios.



Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária/2013(Adaptado)

Dentre as 6 das principais atividades econômicas desenvolvidas pelos EES e classificadas pelo SIES, destaca-se, com 56,2% do total, a produção ou produção e comercialização. Em segundo e terceiro lugar estão, respectivamente, aquelas relativas ao consumo coletivo de bens (20%) e serviços pelos sócios e atividades de comercialização (13,3%).

Tabela 5: Atividades Econômicas dos EES

Atividade econômica	Quantidade	%
Troca de produtos e serviços	430	2,2

Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Poupança, crédito ou finanças solidárias	328	1,7
Consumo coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20
Total		**100**

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária/2013 (Adaptado)

Considerando as atividades econômicas segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a área predominante dos EES é a indústria de transformação, totalizando 6.876 empreendimentos, seguida pela agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, com 5.321 EES. Ainda de acordo com essa classificação, é possível a constatação de que a as atividades econômicas em destaque são aquelas relativas a alimentação, comercialização de produtos artesanais e coleta e triagem de material reciclável.

Tabela 6: Atividade Econômica segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

Seção CNAE/Quant.	**Sub-Seção CNAE Ecosol S**	**Quant.**	**%**
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	Produção artesanal de bijuterias	288	1,5
	Produção artesanal de tapetes	347	1,8
	Fabr. de artef. têxteis p/ uso doméstico	550	2,8
	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as	321	1,6
	Produção artesanal de produtos apícolas (mel, própolis, gele	400	2,0
	Produção artesanal de bolos, cuca, doceria e Confeitos	354	1,8
	Fabr. de farinha de mandioca e deriv.	820	4,2
	Produção artesanal de artigos em crochê	425	2,2

COMÉRCIO (4482)	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e Artesanatos	1421	7,2
	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos,	415	2,1
	Comércio atac. de leite e laticínios	283	1,4
	Rede de consumidores	514	2,6
	Trocas solidárias	291	1,5
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA (5321)	Horticultura, exceto morango	593	3,0
	Cultivo de feijão	891	4,5
	Cultivo de arroz	571	2,9
	Criação de bovinos para leite	531	2,7
	Cultivo de milho	802	4,1
ÁGUA, ESGOTO E ATIV. DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO (614)	Coleta de materiais recicláveis	315	1,6
	Triagem de materiais recicláveis	315	1,6
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS (317)	Fundo rotativo	139	0,7
	Cooperativas de crédito rural	88	0,4
OUTRAS ATIVIDADES (2549)	Organização para utilização coletiva de infraestrutura, terra, etc	2549	12,9

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária/2013(Adaptado)

Quanto aos desafios e conquistas identificados nas respostas dos mapeamentos, é possível auferir que os maiores desafios referem-se à geração de renda em níveis adequados e à viabilidade econômica dos empreendimentos. A integração coletiva, a renda e a prática da autogestão e da democracia foram as principais conquistas obtidas.

Gráfico 2: Principais Desafios

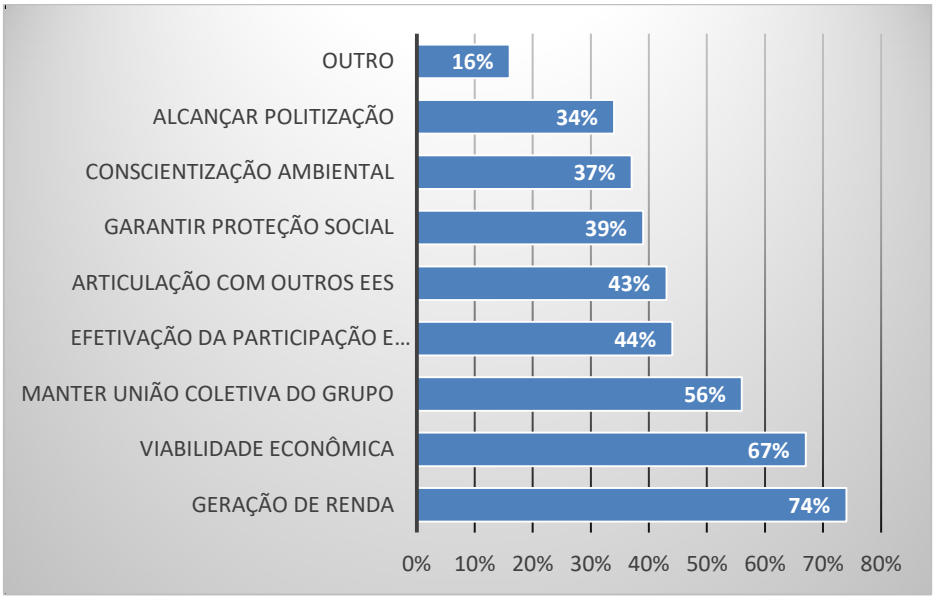
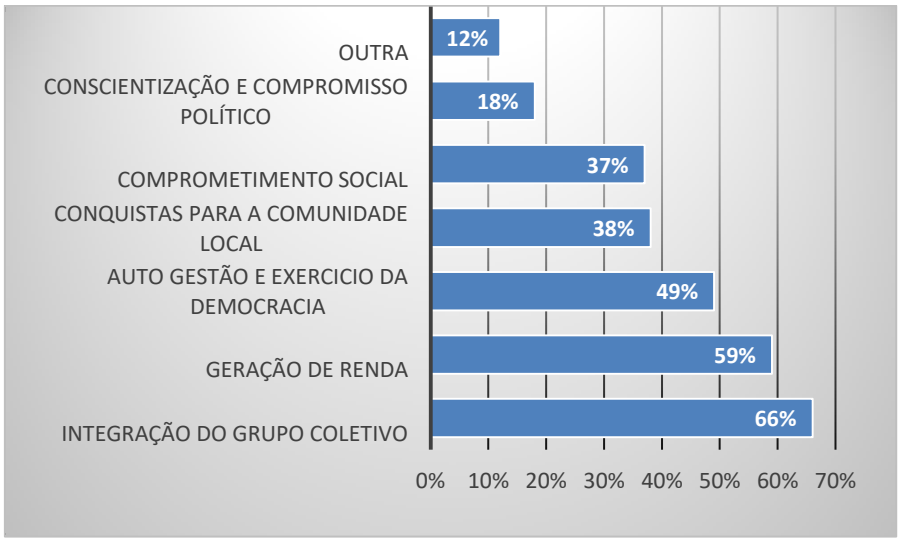


Gráfico 3: Principais conquistas dos EES



Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária/2013(Adaptado)

No próximo capítulo, será feita uma introdução sobre o conceito de cidadania e suas relações com autogestão e solidariedade na ótica da economia solidária.

2. Cidadania, solidariedade e autogestão

Neste capítulo será apresentada uma definição do conceito de cidadania e sua construção no Brasil. Além disso, será feita uma discussão sobre as relações entre solidariedade, autogestão e cidadania.

O capítulo está divido em três seções. A primeira trata da definição clássica de cidadania e de sua construção no Brasil, referenciando autores como Marshall, Carvalho e Santos. Na segunda e terceira sessões será feita uma análise de como dois dos princípios da Economia Solidária, a solidariedade e a autogestão, podem contribuir na construção de uma nova cidadania.

2.1. Cidadania: um panorama conceitual

Marshall (1967), tomando como unidade de análise a Inglaterra, define o conceito de cidadania como sendo "*um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status*." (MARSHALL, 1967, p.76).

O autor, ao estabelecer esse conceito, divide-o em três partes ou elementos: A primeira parte, o direito civil, relacionada ao exercício da liberdade individual e suas variantes, como a liberdade de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé, bem como o direito à propriedade, de concluir contratos válidos e à justiça. O direito político, por outro lado, remete à possibilidade de participar no exercício do poder político, seja como membro eleito de um dos organismos integrantes do Estado ou como eleitor. Esse elemento tem como instituições correspondentes o parlamento e os conselhos do governo local. Por fim, tem-se o elemento social, que se refere *"a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar (...) na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade*" (MARSHALL, 67, p. 63). A ele estão relacionados o sistema educacional e os serviços sociais.

É importante ressaltar que a cidadania pressupõe o pertencer a algum tipo de comunidade juridicamente organizada. Os três elementos conceituais da cidadania antigamente estavam reunidos em apenas um conceito, isso porque as instituições também estavam misturadas. Sua evolução envolveu um duplo processo de fusão (geográfica) e de separação (funcional). Os elementos ou partes da cidadania se distanciaram, tornando-se praticamente elementos estranhos em si, sendo possível atribuir o período de formação de vida de cada um a um século diferente, sendo evidente que existe uma elasticidade e entrelaçamento entre as partes, sobretudo entre direitos políticos e sociais. (MARSHALL, 1967).

Os direitos civis foram conquistados no século XVIII, estando associados basicamente aos tribunais de justiça. Os direitos políticos se seguiram aos civis, sendo ampliados no século XIX. Os direitos sociais foram alcançados apenas no século XX partir de lutas operárias e sindicais. No tocante aos direitos políticos, o pleno exercício das suas potencialidades exigia experiência, organização e uma mudança de paradigmas quanto às funções próprias do governo. Já os direitos sociais estavam concentrados em ações mínimas que compreendiam tentativas voluntárias e legais de diminuição do ônus da pobreza, porém, sem alterar o padrão de desigualdade. Em resumo, os direitos sociais não faziam parte do conceito de cidadania. Um exemplo disso é a *Poor Law*[2]que tratava das reivindicações dos pobres, mas não como parte integrante de seus direitos de cidadão e sim como uma alternativa deles, ou seja, reivindicações que poderiam ser atendidas somente se deixassem inteiramente de ser cidadãos (MARSHALL, 1967).

Para José Murilo de Carvalho (2001), a cidadania é um fenômeno complexo e historicamente definido. No caso brasileiro, Carvalho aponta duas principais diferenças em relação ao percurso da Inglaterra, proposto por Marshall. A primeira refere-se à ênfase aos direitos sociais, a segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos. No caso Europeu, a conquista dos direitos se deu a partir dos estados-nação.

Carvalho (2001) demonstra que a busca por cidadania, no contexto inglês, era nacional. *"Era uma luta política nacional, e o cidadão a que dela surgia era também nacional."* (CARVALHO, 2001, p. 12) Dessa forma o autor sugere que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação.

> As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado. Da cidadania como a conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. (CARVALHO, 2001, p. 12)

Desse modo, a identidade nacional é formada a partir de fatores como religião, língua e guerras e lutas contra inimigos em comum. Já a lealdade a um Estado depende do grau de participação na vida política do mesmo. O processo de difusão de direitos é diferente em cada Estado, sendo alguns dados a partir da ação

[2] O sistema das Poor Laws eram ordenações de Estado que faziam compulsória a"caridade", implicando a criação de um fundo público – o imposto dos pobres, em geral recolhido pelas municipalidades – e que tinham por finalidade tirar os pobres das ruas.

estatal e outros a partir da ação dos próprios cidadãos. No caso brasileiro, durante o período colonial, a grande maioria da população ficou excluída dos direitos civis e políticos e não havia um sentido de nacionalidade (CARVALHO, 2001).

Durante o período colonial até a primeira república, em 1930, a sociedade latifundiária e escravocrata não contribui para a formação cidadã do país. Na concepção de Carvalho (2001), os escravos não eram cidadãos, pois eram considerados propriedade dos senhores; tampouco eram os indivíduos livres, que não usufruíam de seus direitos, pois lhes faltava educação, até mesmo os senhores não eram cidadãos, pois lhes faltava o próprio sentido da cidadania e a noção de isonomia. A maior dificuldade do Brasil no estabelecimento de uma cidadania plena foi relacionada à escravidão, principalmente no que tange aos direitos civis. Em 1888, com a abolição da escravidão, a persistência da cultura escravocrata demonstrou o quanto esses valores estavam intrínsecos por maior parte da sociedade, até mesmo pelos escravos libertos. A *"libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática"* (CARVALHO, 2001, p. 53).

Para Carvalho, o sobressalto dos direitos sociais entre os 1930 e 1945, sem quase nenhuma participação política e com direitos civis limitados, sob o regime autoritário do governo Vargas, tornou duvidoso o surgimento dos mesmos como uma real conquista democrática, comprometendo o desenvolvimento de uma cidadania ativa. (CARVALHO, 2001). Apesar do grande avanço que a legislação trabalhista criada no governo Vargas significou, houve também pontos negativos. O sistema excluía categorias de trabalhadores, como os autônomos, os domésticos e todos os trabalhadores rurais. *"Tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito" (*CARVALHO, 2001, p.114). Esse fato é o que outro autor, Wanderley Guilherme dos Santos (1979), definiu como *cidadania regulada*:

> Cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. (SANTOS, 1979, p. 75).

Um dos avanços para a cidadania após a promulgação da chamada constituição cidadã, em 1988, citados pelo autor diz respeito ao surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST), composto por trabalhadores rurais que se organizaram e pressionaram o governo em busca de terra para o cultivo. O MST contribuiu para o fortalecimento da democratização do sistema, através do direito de organização. Os retrocessos na democratização referem-se à corrupção pelos políticos, partidos e legislativo. Outro fato importante foi o movimento popular em prol do impeachment de Collor que *"deu aos cidadãos a sensação inédita de que podiam exercer algum controle sobre seus governantes" (*CARVALHO, 1991, p. 205).

No âmbito dos direitos sociais, as maiores dificuldades dizem respeito às grandes desigualdades sociais que não mudaram no país. No que tange aos direitos civis, a Constituição de 1988 estabeleceu inovações legais e institucionais de forma prática no país. No entanto, Carvalho assinala que, dos direitos que compõem a cidadania (civis, políticos e sociais) no Brasil, *"os civis apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias" (*CARVALHO, 1991, p.210), sobretudo no que se refere à segurança individual, à integridade física e ao acesso à justiça.

Ao analisar a formação cidadã no Brasil, Carvalho (2001) aponta que a inversão do percurso nos direitos no país, sendo os primeiros direitos, os direitos sociais, implantados em um período de supressão dos direitos políticos e redução dos direitos civis, fez com que os direitos sociais se tornassem a base da pirâmide cidadã, com uma excessiva valorização do poder Executivo.

> Se os direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, em que o Legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, cria-se a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo. O governo aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se. A fascinação com um Executivo forte está sempre presente, e foi ela sem dúvida uma das razões da vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo, no plebiscito de 1993. Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de "estadania", em contraste com a cidadania. (CARVALHO, 2001, p.222)

A excessiva valorização do Executivo gera uma desvalorização do Legislativo, fato que, por sua vez, gera uma descrença generalizada e muitas vezes justificada por deputados, senadores e vereadores, além de uma cultura política estatista, com uma visão corporativista dos interesses coletivos. Fato que é realçado com a ausência de ampla organização autônoma da sociedade.

> A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população. O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo. O eleitor vota no deputado em troca de promessas de favores pessoais; O deputado apoia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores. Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais. (CARVALHO, 2001, p.223)

Para Carvalho, as sequelas da herança brasileira, fazem com que sejam necessárias mudanças na noção sob a prática da cidadania, sobretudo no que tange *"a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder*." (CARVALHO, 2001, p.227).

No entanto, Amorim (2007) aponta que a cidadania no Brasil ainda está muito remetida à cristalização dos direitos, sobretudo os sociais, que caracterizam a situação de inclusão e pertencimento dos cidadãos na comunidade política, proposta por Marshall. Embora os cidadãos tenham o direito de se organizar por meio da livre expressão de opiniões, a conjuntura política atual, com escândalos de corrupção e a insatisfação com a qualidade de serviços públicos, gera um sentimento de ceticismo e descrença do sistema político vigente, fazendo com que a população deixe de participar, dando muita ênfase apenas ao momento eleitoral. Dessa forma, os direitos e por consequência, a cidadania está muitas vezes associada ao um conjunto de direitos sociais, garantidos por meio do voto, conforme já apontado por Carvalho e Santos.

Apesar disso, Amorim (2007) afirma que a participação popular constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento das instituições políticas presentes em uma democracia e para o pressuposto da cidadania plena. Dessa maneira, o autor defende a necessidade de buscar formas alternativas de participação política, com o objetivo de alcançar uma cidadania ativa e efetiva.

Nesse sentido, Dagnino (2004) demonstra que a chamada *nova cidadania* ou *cidadania ampliada* formulada no Brasil a partir do final dos anos 1970 e ao longo

dos anos 1980 é orientada para a implementação de um projeto de construção democrática e de transformação social a partir da cultura e da política e seus laços constitutivos.

Dentro disso, fazem-se importantes o papel das subjetividades na construção de um novo tipo de sujeito social na luta por um novo tipo de direitos. Esse projeto de cidadania reconhece a importância do caráter intrínseco da transformação cultural na construção da democracia.

> A nova cidadania inclui construções culturais, como as subjacentes ao autoritarismo social como alvos políticos fundamentais da democratização. Assim, a redefinição da noção de cidadania, formulada pelos movimentos sociais, expressa não somente uma estratégia política, mas também uma política cultural. (DAGNINO, 2004, p.103-4)

Dagnino (2004) aponta três dimensões que organizam a emergência da nova noção de cidadania. Primeiro, o fato de que a noção de cidadania deriva da experiência dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano (sendo considerada como um o direito a cidade) quanto os movimentos ligados a mulheres, negros, homossexuais, idosos, ecológicos, etc. Dentro desses movimentos sociais, a luta por direitos, ou pelo reconhecimento deles, constitui a base fundamental para a emergência da nova noção de cidadania. Essa concepção não se limita a provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas.

Segundo, a noção de que o conceito de cidadania se aproxima e agrega à construção da democracia, bem como à sua extensão e aprofundamento. A cidadania, dessa forma, expressa o novo *"estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real"*. (p.103). Ela requer e deverá ser pensada como consistindo nesse processo de constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento enquanto tais. Nesse sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania "desde baixo" (DAGNINO, 2004).

Um terceiro ponto que a autora ressalta é a ideia de que a nova cidadania transcende a velha luta ou reinvindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado. O que ela busca é o direito de

participar da própria definição desse sistema, ela busca definir do quê ser efetivamente membro, isto significa a invenção de um novo tipo de sociedade.

> [...] não há dúvida de que essas experiências expressam e contribuem para reforçar a existência de cidadãos-sujeitos e de uma cultura de direitos que inclui o direito a ser co-participante em governos locais. Ademais, esse tipo de experiência contribui para a criação de espaços públicos onde os interesses comuns e privados, as especificidades e as diferenças, podem ser expostas, discutidas e negociadas. (DAGNINO, 2004, p.105)

Um ponto importante da concepção de cidadania é que ela não está mais presente apenas nas relações entre Estado e sociedade. Ela pode ser estabelecida dentro da própria sociedade, a partir de suas relações sociais. Ela é um projeto para uma nova sociabilidade que implica não somente a incorporação no sistema político, mas um formato igualitário de relações que perpassam todos os níveis, fato que implica também a construção de novas regras e novos meios de negociar conflitos.

> Um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis implica o "reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos" (Telles, 1994: 46). Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social. (DAGNINO, 2004, p.105)

Para tanto, é necessária uma reforma moral e intelectual nos indivíduos, fazem-se necessários novos tipos de relações sociais, que implicam para os indivíduos, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, e para a sociedade, o aprendizado de *"viver em termos diferentes com esses cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos lugares definidos social e culturalmente para eles"* (DAGNINO, 2004, Idem).

Conforme Amorim (2007), a nova cidadania tal como a proposta por Dagnino trata-se de uma participação dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários, tendo como objetivo a influência de decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania. Devido à apatia politica atual, essa participação mais ampla se inicia necessariamente com a participação em micro-esferas da vida social.

> As novas formas de participação caracterizam-se por serem mais flexíveis e horizontais e por exigirem maior eficácia e transparência das ações governamentais. Na medida em que buscam contemplar os interesses sociais diversos, contribuem para a criação de uma nova gramática social e política - capaz de mudar as relações de gênero, de raça e de etnia -,

> articulada a uma nova institucionalidade que vislumbre novas formas de participação e promoção da cidadania (Amorim, 2007, p. 371).

Portanto, essa nova proposta de participação, ou nova cidadania, conforme o termo proposto por Dagnino (2004) visa à superação das práticas clientelistas pautadas em relações verticais, assimétricas e hierárquicas responsáveis pela desestruturação da participação política. A economia solidária encaixa-se nesse aspecto quando propõe uma nova organização pautada pelos princípios solidários. A partir dela, entende-se que poderão ser alcançados novos níveis de participação, que poderão ser expandidos para o macro social.

2.2. Cidadania e solidariedade

A partir do desafio da *nova cidadania* proposto por Dagnino, surgem questionamentos como: "De que novo tipo de relações sociais está se falando?" Ou, "quais mecanismos a sociedade comum, normalmente desprovida de recursos, possuiria para criar esse novo tipo de cidadania?". Martins (2004) enriquece o debate ao utilizar o termo *empoderamento* para designar o desejo presente na vida cotidiana de expansão de uma micro politica do cotidiano que contemple a participação generalizada de todos os habitantes da cidade em construção de um mundo comum. Para esse autor, é a partir de redes sociais de solidariedade com alianças saudáveis e o reconhecimento comum da condição de seres humanos que será possível tal desafio *"Empoderar significa dar e/ou reconhecer o poder de outrem."* ((MARTINS, 2004, p.3). Dessa forma, por meio do empoderamento, é possível o resgate de uma cidadania ativa e de uma esfera pública democrática para o surgimento de novos sistemas de poder centrados na própria sociedade civil.

O autor discorre sobre a solidariedade das redes sociais a partir da teoria da dádiva, que demonstra que a solidariedade não é vista como moralmente interessante,

> mas uma exigência politica imprescindível para o avanço da democracia participativa. Na medida em que a lógica da dádiva – a obrigação paradoxal do dar, do receber e do retribuir – é uma condição inerente a toda prática social, a solidariedade não é nada mais que a expressão de uma experiência de dádiva mutuamente gratificamente. (MARTINS, 2004, p. 5)

Pela teoria da dádiva, a solidariedade causa uma ação de duplo sentido,

> solidarizo-me com alguém quando sinto empatia pelo outro, independentemente de qualquer ganho direto e pessoal com essa ação. Solidarizo-me por interesse, mas, muitas vezes, por desinteresse, isto é,

> desinteressadamente, gratuitamente. Solidarizo-me, portanto, também, quando recebo solidariedade do outro, oque desencadeia um ciclo de ações reciprocas, cujos sentidos e intensidades são dados permanentemente pelos parceiros do jogo da vida. (MARTINS, idem)

A democracia representativa, baseada no voto, é insuficiente para garantir a participação plena e a resolução de problemas presentes nas complexidades das demandas locais. Desse modo, é necessária a constituição de novas modalidades de organização da vida cotidiana por meio da participação que respondam a complexidade de demandas locais.

Nesse sentido, a solidariedade é capaz de gerar uma sinergia social e apelo à mobilização social por meio de ações coletivas.

> Sentir-me solidário significa que algo despertou em mim a partir da relação com o outro ou, então, que alguém ou alguma ação despertou em mim uma ação de reciprocidade, uma ação de volta, de retorno com relação a algo acontecido ou que está acontecendo, produzido por uma pessoa ou por um movimento colocando todos numa ação de aliança. Dessa forma trata-se de uma palavra que contém uma significação muito forte, seja como sentimento, seja como ação. (MARTINS, 2004, p.6)

Para a dimensão política, a solidariedade é importante, pois é apenas por meio dela que acontece o reconhecimento cultural, moral, social e intelectual. A política, quando praticada sem traços de solidariedade, perde sua nobreza. No seu lugar, brota a desconfiança e o oportunismo. Ou seja, no campo da política, as alianças feitas a partir de mecanismos de solidariedade são fundamentais para o resgate do valor mobilizador, no sentido de estar e fazer juntos. As ações são pactuadas a partir de valores que ultrapassam a dinâmica individualista atualmente dominante (MARTINS, 2004).

É recorrente naturalizar que todos nascem cidadãos, de acordo com a Constituição de 1988, mas, na prática, na sociedade capitalista, só é verdadeiramente cidadão quem tem o direito à propriedade, relacionado ao direto a terra, ao capital, a recursos e ao consumo. Sendo assim, só é cidadão aquele, na maioria das vezes,

> do sexo masculino, que possui a propriedade do capital ou da força de trabalho com vistas a acumular ou consumir. Quem não tem acesso ao mercado de trabalho nem ao mercado de capital não é cidadão, está fora da cidadania ou, no mínimo, ameaçado de perder esse direito. (MARTINS, 2004, p.7)

Na lógica neoliberal, a falta de cidadania é justificada pela lógica meritocrática de falta de competência de adentrar no mercado de trabalho e não pelo sistema

reprodutor de desigualdades e falta de oportunidades. Para o autor, a lógica é inversa: *"o fato de o indivíduo não exercer adequadamente a cidadania resulta não de sua incapacidade, mas da presença de uma hierarquia de dominação invisível que separa os privilegiados dos demais."* (MARTINS, 2004, p.7).

É pela via da cidadania que a solidariedade aqui proposta poderá obter, na narrativa política, uma mobilização a partir do desejo social. A cidadania aqui é tratada não como um fato natural e constitucional, mas sim, como um desejo moral baseado no respeito coletivo, na responsabilidade solidária e no envolvimento afetivo com o fazer. O autor também ressalta a importância da superação de impasses formados pela formalidade conceitual e jurídica do termo cidadania, sendo a solidariedade um recurso estratégico para tanto (MARTINS, 2004).

2.3. Cidadania e autogestão

Petersen, Souza & Lopes (2014) entendem que a cidadania consiste na participação dos membros em uma determinada sociedade nos processos políticos que determinam o seu destino, relacionando-a, dessa forma, com a prática política. Conforme já apontado, a participação política não se dá somente por meio de mecanismos de pressão e reinvindicação política, ela também se dá via *"responsabilização do indivíduo frente ao destino comum, abrangendo diversas possibilidades de luta pela transformação do presente, mesmo que de baixo para cima, ou seja, por meio da atuação em ONG's, movimentos sociais, associações de bairro, instituições de cunho religioso, etc".* (PETERSEN, SOUZA & LOPES, 2014, p.486)

> Assim, cidadão é a pessoa que se interessa pelo destino da coletividade – seu bairro, sua cidade, seu país, seu planeta –, assumindo-se responsável por ela e participando, ativamente, dos processos políticos que definem seus rumos. O verdadeiro cidadão, então, é aquele que tenta "buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade". (Tocqueville citado por Bauman, 2001, p.45 apud Petersen, Souza & Lopes, 2014, p.486).

A prática da autogestão, nesse sentido, é semelhante ao exercício da cidadania, pois, tal como cidadãos se organizam para influenciar a política ou fazendo votações para eleger seus representantes, os cooperados em uma associação se organizam para administrar de forma democrática seus empreendimentos, seja na tomada de decisões ou fazendo votações para eleger seus representantes em assembleia.

Acredita-se que, a partir da autogestão, é possível que os trabalhadores possuam poder e voz em processos ligados à escolha da vida que eles realmente querem viver, sem intermediação de um patrão decidindo por eles seu horário de trabalho, por exemplo. Essa possibilidade, que se limita à esfera laboral presente em um empreendimento, tem o potencial de se expandir para outras esferas da vida, como a comunidade e o bairro, e, dessa forma, expandir-se também para a esfera política, contribuindo para o exercício da cidadania.

Singer (2002) acrescenta que a principal vantagem da autogestão é o desenvolvimento humano propiciado aos seus participantes. A carga alienante com a qual os trabalhadores estão acostumados no modo de produção capitalista é estremecida com o envolvimento em lutas emancipatórias que desafiam a ordem vigente.

> Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quanto reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. (Singer, 2002, p. 22)

As atuais experiências autogestionárias de Economia Solidária também comportam uma dimensão política, pois suas iniciativas promovem a participação, dinamizam redes e ampliam a democracia nas comunidades em que é praticada. Essas práticas, quando são estendidas no seu entorno, promovem um arranjo de sistemas de reciprocidade e de espaços públicos de proximidade (Caille e Laville 1996 *apud* Gaiger 2009).

> Esse alargamento da democracia para o terreno econômico, introduzindo neste último uma racionalidade não mercantil nem estatal, depende igualmente da aglutinação de iniciativas de base, de modo a criar instâncias mais amplas de interlocução. É uma de projeção na esfera pública, de reinvindicação e institucionalização, pela qual a economia solidária se constitui como um movimento social atuante no cenário político da América Latina. (Gaiger, 2004ª, p.88)

Desse modo, os trabalhadores necessitam abandonar o pensamento hegemônico da vida como sendo uma constante adaptação às circunstâncias, sobretudo na esfera do trabalho, para conceber a própria atividade laboral como uma força suscetível de criar novas situações e assim, influenciar o ritmo das transformações. Essas transformações são favorecidas na medida em que os indivíduos utilizam seus próprios recursos e redes de relações, explorando-os sem descaracterizá-los por meio de relações ancoradas em laços pessoais e de uma lógica empreendedora e solidária, sustentada em relações de cooperação. (Gaiger,

2009). A partir dessas constatações, o próximo capítulo será dedicado ao estudo de um empreendimento econômico solidário.

3. A Associação de Produtores de Economia Solidária em Melo Viana

Este capítulo será dedicado ao estudo de caso da Associação de Produtores De Economia Solidária De Melo Viana, instituída em Esmeraldas, região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ele está subdividido em cinco subseções. A primeira seção trata dos aspectos metodológicos para a realização da pesquisa. A segunda, sobre os aspectos gerais do distrito de Melo Viana, tomando como base o índice de desenvolvimento humano da região. A terceira seção, trata de como foi feito, inicialmente, o projeto de incubação do empreendimento solidário por meio do NESTH, sendo esta parte anterior ao presente estudo. A quarta seção apresenta as informações contidas no regimento interno da Associação que formalizou a sua criação e por último, a quinta seção, que apresenta as percepções do pesquisadora, por meio da observação participante e também as percepções das associadas, sendo essas fruto dos registros do grupo focal executado.

3.1. Sobre os aspectos metodológicos

O estudo que se segue foi feito a partir de uma abordagem qualitativa de investigação, estudo de caso (YIN, 2001) com elementos da observação participante (DIONNE, 2007), visto que os participantes dos empreendimentos e pesquisadora buscaram atuar de modo cooperativo em uma realidade social específica, com a finalidade de promover mudanças no contexto social, trazendo benefícios e crescimento a todos os envolvidos.

Para o levantamento inicial das informações sobre o processo de formação da Associação investigada, foram utilizados os registros da equipe do NESTH do período de 2015 até o primeiro semestre de 2016, momento este no qual a pesquisadora entrou no projeto e passou a colaborar com o mesmo. A partir daí, para investigar as questões de interesse desse estudo, foram utilizadas observações registradas em cadernos de campo, relatórios feitos pela pesquisadora e um roteiro de grupo focal realizado com as participantes. Esses registros foram decorrentes do

período de Agosto a Dezembro de 2016, momento no qual a pesquisadora acompanhou o grupo assiduamente em reuniões.

Para além disso, também foram utilizados registros de documentos, como atas das reuniões, regimento interno e estatuto da Associação, além de alguns registros fotográficos.

Cabe ressaltar que as metodologias participativas aplicadas no estudo, assim como os instrumentos desenvolvidos no decorrer da criação e constituição da Associação, foram desenvolvidas pelo NESTH por meio de metodologias participativas aplicadas ao longo de vários anos de atividades em pesquisas de finalidade emancipatória, elaboradas com garimpeiros e com comunidades quilombolas.[3] Apesar dessas metodologias terem sido criadas e aplicadas anteriormente a essa pesquisa, os registros das mesmas foram fundamentais para o sucesso do estudo. Sucintamente, foram esses os instrumentos de pesquisa utilizados pela equipe do NESTH no momento inicial de formação da feira. A pesquisadora participou do quinto instrumento em diante:

Instrumento 1 - conversa com liderança local

Instrumento 2 - conversa com as pessoas que tem o conhecimento da história do local, das famílias e do povoamento da área.

Instrumento 3- pesquisa nos domicílios

Instrumento 4- pesquisa com o poder local

Instrumento 5 - encontro geral com os entrevistados

Instrumento 6 - formação para trabalho e para organização em cooperativa.

Instrumento 7 – concentração da comunidade em praça pública.

Instrumento 8 - construção de redes de apoio.

3.2. Sobre a comunidade

O município de Esmeraldas é o segundo maior da Região Metropolitana de Belo Horizonte em dimensão territorial, e possui dois distritos: Andiroba e Melo

[3] HORTA, C.R; MENDONÇA, C.P; ALVES, F.A; COSTA, J.J; GIFFONI. J.M.S. Quilombolas de Minas Gerais: Uma metodologia de resgaste de identidades. Ed. Usina do Livro, 2013.

Viana, sendo o segundo o interesse desse estudo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o distrito de Melo Viana contava em 2010 com uma população de 12.655 habitantes, sendo 6.289 homens e 6.366 mulheres, possuindo um total de 5.651 domicílios particulares. O distrito é o mais desenvolvido do município de Esmeraldas, estando localizado às margens da BR-040, próximo à cidade de Sete Lagoas e a 40 quilômetros de Belo Horizonte.

Melo Viana é predominantemente rural e sua fundação teve início com a implantação de fazendas de cafezais que se expandiram na década de 1920. O distrito pertenceu ao município de Sete Lagoas, porém em uma disputa territorial, com a força de uma das famílias fundadoras, foi agregado ao território do município de Santa Quitéria (antigo nome do município de Esmeraldas).

Segundo dados do Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) em questão foi de 0,643, em 2010. Esse valor situa a UDH na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o valor do IDHM da UDH é Longevidade, com índice de 0,791, seguida de Renda, com índice de 0,645, e de Educação, com índice de 0,52.

Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - UDH - Melo Viana / Vivendas Barbosa / Tejuco – MG

IDHM e componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,251	0,521
IDHM Longevidade	0,702	0,791
IDHM Renda	0,561	0,645

Fonte: PNUD, Ipea, FJP (Adaptado)

No tocante a renda, a renda per capita média em 2010 da UDH é de R$ 442,38, enquanto no município Esmeraldas é de R$ 452,62 e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, de R$ 1.079,91. No mesmo ano, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R$ 140,00 (a preços de agosto de 2010) é de 16,10% na UDH, de 14,04% no município e de 5,58% na RM.

Tabela 8: Renda, Pobreza e Desigualdade - UDH - Melo Viana / Vivendas Barbosa / Tejuco – MG/2010

Renda per capita	442,38
% de extremamente pobres	5,24
% de pobres	16,10
Índice de Gini[4]	0,45

Fonte: PNUD, Ipea, FJP (Adaptado)

No ano de 2010, a taxa de atividade da população economicamente ativa foi de 64,77% na UDH. Ao mesmo tempo, o percentual da população economicamente ativa de 18 anos ou mais que está desocupada na UDH foi de 8,12%.

Tabela 9: Ocupação da população de 18 anos ou mais - UDH - Melo Viana / Vivendas Barbosa / Tejuco – MG/2010

Taxa de atividade - 18 anos ou mais	64,77
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	8,12
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	55,39

Fonte: PNUD, Ipea, FJP (Adaptado)

Os baixos níveis de emprego formal no distrito, as dificuldades de locomoção à sede de Esmeraldas e à capital, uma vez que não existem ônibus com regularidade, sendo o transporte geralmente feito por perueiros locais, levam grande parte da população a procurar o trabalho informal.

3.3. Sobre o levantamento inicial e as atividades iniciais realizadas dentro do projeto de incubação realizado pelo NESTH

Segundo Flávia Assis, pesquisadora do NESTH, a pesquisa iniciou-se ainda em 2015 a partir de uma imersão no território para conhecer a realidade local e mapear os possíveis grupos para implantação do projeto. O NESTH, por meio de encontros com lideranças participantes do Fórum Mineiro de Economia Solidária de Belo Horizonte que haviam afirmado a existência de produtores no distrito de Melo Viana, além do poder local e outras entidades como agentes do banco comunitário

[4] É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

de Esmeraldas, secretários do governo municipal, EMATER e comerciantes, reuniu uma equipe de trabalho e criou uma proposta de ação.

A realidade encontrada na imersão foi diferente da esperada a partir dos relatos das lideranças de Esmeraldas ao longo das reuniões do fórum metropolitano de Belo Horizonte, desse modo, foi necessário buscar possíveis participantes do projeto batendo de porta em porta, para conhecer a realidade vivida por cada morador e o seu respectivo potencial enquanto produtor. Após o mapeamento de possíveis participantes, foram realizadas conversas com o diretor da administração regional de Melo Viana, com a proposta de organizar uma feira e, a partir daí, iniciar os trabalhos.

O NESTH, com a ajuda de outras entidades de apoio, patrocinou a organização e logística da I Feira de economia solidária de Melo Viana, além de ter convidado empreendimentos da ES metropolitana de Belo Horizonte para participarem. Toda a construção foi feita de modo coletivo baseado em princípios solidários.

Figura 1: I Feira de Economia Solidária de Melo Viana – 14 de Março de 2015

Apesar de toda a mobilização para divulgação da feira, a I Feira de Economia Solidária de Melo Viana contou com a presença tímida da população local. A partir dessa primeira feira, foram estabelecidas reuniões semanais com os participantes no salão paroquial da Igreja Católica do Distrito de Melo Viana. O grupo, formado

majoritariamente por mulheres chefes de suas famílias, decidiu que um pré-requisito para a participação seria a presença nas reuniões semanais, normalmente as quartas feiras. Eram cerca de trinta produtores no inicio. O NESTH propiciou formações de economia solidária com carga horária de 8 horas e em todas as reuniões, por ser tratar de pesquisa-ação, eram tratadas as temáticas da economia solidária por meio de livros, pequenas apostilas e troca de saberes. O projeto reconstruiu o Fórum de Economia Solidária de Esmeraldas e, a partir disso, o diretor da administração regional percebeu o potencial da feira e passou a apoiar a proposta, assim como o secretário municipal de desenvolvimento.

A II Feira de Economia Solidária de Melo Viana, já sem a participação de outros grupos da região metropolitana de Belo Horizonte teve um caráter bem diferenciado da primeira. Na ocasião, compareceram o prefeito, secretários e a rádio local.

Figura 2: II Feira de Melo Viana - 09 de Maio de 2015

Feita a reunião de avaliação com os empreendimentos, percebeu-se a necessidade de mais propagandas, e o coletivo propôs confeccionar novas faixas e bonecos gigantes para serem apresentados na praça e chamar atenção do público. O coletivo também avaliou a necessidade da diversificação dos produtos para uma melhor aceitação do público. A necessidade de uma formação técnica de produção

também foi constatada. Apesar da presença do poder local sob a forma do prefeito na última feira e promessas no auxilio do fomento da feira, não houve nenhum apoio nesse sentido.

Figura 3: Formação em economia solidária – 9 de Junho de 2015

Depois de quase um ano de trabalho, formação em economia solidária, formação técnica, e aluguel das barracas pelo grupo ao longo dos meses para o acontecimento e efetivação das feiras, a coordenação do projeto, autorizada pela SENAES, obteve recursos para comprar novas barracas. Com a compra de 15 novas barracas, um novo ânimo foi dado ao grupo que, a partir daí, ficou empenhado no desenvolvimento da feira.

Em meados de maio de 2016, o grupo já apresentava uma estrutura coesa, com características bem definidas. O grupo, atualmente, consiste em 16 mulheres na faixa etária acima dos 40 anos, com 2 mulheres na faixa etária de 18 anos. Essas mulheres são chefes de suas famílias e nenhuma delas tem o ensino médio completo. A produção do grupo é majoritariamente composta de produtos de alimentação (pastéis, doces, salgados, caldos, feijão tropeiro e bolos) e artesanato.

As participantes, já possuindo um entendimento do processo autogestionário, se organizaram para a constituição da feira enquanto Associação de produtores.

Desse modo, foi elaborado um regimento interno para uso das barracas de forma coletiva e posteriormente, esse regimento foi adaptado para se tornar o estatuto de constituição da Associação de produtores e assim, possuir um alvará de autorização para realização da feira todos os sábados na praça principal do distrito.

3.4. A Associação dos Produtores de Economia Solidária de Melo Viana

A Associação dos Produtores de Economia Solidária de Melo Viana – APESMEV - foi fundada no dia 14 de julho de 2016 após assembleia geral extraordinária de fundação, eleição e posse da diretoria executiva e conselho fiscal.

Conforme consta em Estatuto a Associação é um "órgão de benemerência que tem por finalidade melhorar as condições de trabalhos dos seus associados através de órgãos governamentais e não governamentais. Integrando suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional". Ainda conforme Estatuto, a APESMEV não fará distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso, sendo constituída por um número ilimitado de sócios, distinguindo-os em três categorias: sócios fundadores, que assinaram a ata da primeira assembleia geral; sócios contribuintes, que se propuseram a contribuir em função de uma taxa mínima fixada pela diretoria; e os sócios honorários, que se distinguem por benefícios relevantes, julgados em reunião conjunta dos órgãos deliberativos e executivos da instituição.

Pode ingressar na Associação qualquer feirante e pretendente morador da região de Esmeraldas e que concorde com as disposições do Estatuto firmado. A exclusão do Associado só será feita a pedido, por falecimento ou no caso de falta a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas.

O Estatuto da Associação também estabelece os órgãos que compõem a estrutura organizacional da mesma, sendo esta composta por: Assembléia Geral; Diretoria e Conselho Fiscal. Cabe à Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; decidir sobre reformas no estatuto, sobre a extinção da entidade, caso necessário e sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais além da aprovação do Regimento Interno. Compete à Diretoria, composta por um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro:

> a)Elaborar programa mensal de atividades e executá-lo; b)Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório mensal; c)Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; d)Contratar e demitir funcionários; e)Administrar técnica, financeira e socialmente à instituição; f)Autorizar a aquisição de tudo que for necessário para manter a vida externa e interna da entidade; g)Elaborar e aprovar os regimentos internos da instituição; h)Submeter, previamente, à aprovação da Assembleia Geral, com o parecer do Conselho Fiscal, as transações de maior vulto e os assuntos de maior relevância, que não estejam previstos no programa administrativo; i)Submeter, à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, o relatório das atividades do mês anterior, Balanço da Escrituração e a Demonstração geral do movimento da Tesouraria, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal; j)Elaborar orçamentos da instituição, submetendo-os, quando necessário, à aprovação da Assembleia.

O Conselho Fiscal é o responsável por examinar os livros de escrituração da entidade; o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, além de apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório mensal da Diretoria e opinar sobre a aquisição e alienação de bens, por parte da instituição.

O patrimônio da Associação será constituído de bens, móveis, imóveis, veículos e semoventes, ações, apólice de dívida pública, contribuição dos associados, auxílios e donativos em dinheiro e espécie. A entidade não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. No caso de dissolução ou extinção social da instituição, os patrimônios remanescentes serão destinados à outra instituição congênere.

Anterior ao processo de constituição da Associação foi criado um grupo no *whatsapp* com participantes, equipe do NESTH e colaboradores para organizar as reuniões semanais e logísticas da feira aos sábados. A equipe do NESTH participou presencialmente de todas essas reuniões. As informações que se seguem foram fruto de registros de caderno de campo dessas reuniões, que ressaltam a organização autogestionária da Associação juntamente com aspectos solidários que realçam a existência de uma nova cidadania, mesmo que muitas vezes, de forma subjetiva.

3.5. Algumas Percepções

Os registros que se seguem foram feitos pela pesquisadora no período de Agosto a Dezembro de 2016 e têm o intuito de demonstrar, por meio da observação direta e participante, as subjetividades presentes nas reuniões que demonstraram, por meio do discurso das participantes, indícios de uma nova cidadania a partir de princípios da economia solidária aprendidos.

No dia 24 de agosto, foi sugerida durante uma das reuniões, uma roda de conversa com os candidatos a prefeito de Esmeraldas. Durante essa reunião, à qual compareceram três dos quatro candidatos, as participantes da Associação questionaram os candidatos sobre os problemas da comunidade de uma forma contundente. O debate aconteceu na Casa Paroquial da Igreja católica de Melo Viana e os candidatos, que foram com o intuito de buscar votos, ficaram desconfortáveis com a participação do grupo que não se posicionou apenas como meros ouvintes.

Nessa ocasião, foi possível perceber a dimensão política presente na prática da autogestão na economia solidária. A dimensão é apresentada no momento em que as participantes, já organizadas e empoderadas enquanto associação, pressionam os candidatos cobrando melhorias para a comunidade e apoio para a Associação. Essa prática reflete a criação de *espaços públicos de proximidade* que propiciam a autonomia e contribuem para as práticas legitimas de pressão constituintes dos mecanismos de participação direta.

Figura 4: Encontro com os candidatos à prefeitura de Esmeraldas – 27 de Setembro de 2016

As participantes, em outra reunião, chegaram por conta própria à conclusão da necessidade de uma formação em economia solidária para as novas participantes do grupo. Visto que muitas participantes eram novatas, elas não tinham participado das formações desenvolvidas pelo NESTH, e, portanto, não estavam a par dos princípios da Economia Solidária, fato que causava algumas confusões no decorrer da feira, como a vontade de algumas de vender produtos industrializados.

Dessa forma, foi estabelecido que, uma vez por mês na reunião semanal, seriam estudados e discutidos os princípios da economia solidária por meio de livros disponibilizados pelo NESTH. O interessante aqui é a preocupação demonstrada pelo grupo de todos saberem os princípios da economia solidária para se manterem fieis aos mesmos.

Em outra reunião, devido ao crescente número de faltas nas reuniões e nas feiras, foi estabelecido que uma vez por mês fosse feita uma espécie de “pente fino” nas reuniões, para escutar as justificativas de falta, sempre em um ponto de vista solidário, praticando a empatia entre as participantes que muitas vezes faltam por problemas financeiros, motivos de doença, entre outros.

Ao longo do tempo, as barracas fixas, 15 ao todo, têm sido amplamente utilizadas. As participantes se organizam, com umas chegando mais cedo para varrer o local e montar as barracas e outras chegando mais tarde e saindo à noite

para encerrar a feira. Ressalta-se que a feira ocorre durante todo o dia, aos sábados. Essa organização prioriza as limitações de cada sujeito, pois alguns participantes trabalham na parte da manhã em outras ocupações e, desse modo, trabalham na feira na parte da tarde; outros, devido ao cuidado com filhos pequenos, vão mais cedo e saem mais cedo. Várias participantes levam seus filhos pequenos e todas ajudam no cuidado dos mesmos.

Essas características evidenciam e confirmam o caráter singular da economia solidária, que tem como unidade de análise a unidade doméstica, conforme a *economia do trabalho* proposta por Coraggio (2009). A integração social entre os participantes é percebida a todo o momento, assim como os mecanismos de solidariedade orientados para a lógica da reprodução ampliada das capacidades de todas as pessoas e da qualidade da vida em sociedade.

Em meados de outubro, com a proximidade do dia das crianças, foi debatida em algumas reuniões a possibilidade da realização de uma festa de dia das crianças durante a feira, integrando a comunidade e Associação. Com o apoio do NESTH, com o fornecimento de pequenas lembrancinhas para as crianças e demais equipamentos para a exibição de filmes, foi realizada a festa do dia das crianças, que teve uma aceitação favorável da comunidade.

As participantes relataram que as vendas foram boas e que os moradores locais adoraram a ideia, visto que nunca antes foi feita uma festa da comunidade de Melo Viana. Com o apoio de alguns moradores, foram realizadas brincadeiras, distribuição de algodão doce, exibição de filmes infantis, um palhaço animando as crianças (que era a uma participante filha de outra participante) e a participação de uma trupe de circo local.

Em outra ocasião, foi proposta a realização de um festival de arte e cultura para fomento da feira e integração da comunidade com a Associação. As participantes empolgaram muito com a ideia e foram distribuídas as funções para cada participante, como confecção de faixas, uma logomarca para a Associação, uma bandeira com a logomarca, etc. Foram discutidas também premiações e formas de captar patrocínio, algumas participantes se despuseram a ir ao comércio local para buscar premiações em formas de produtos. Infelizmente, com a saída do NESTH como incubadora ao final de 2016, o grupo não conseguiu se organizar para

a realização do festival, pois os recursos necessários (sonoros, audiovisuais, etc) eram muito dispendiosos para a condição financeira atual da Associação.

Nessas ocasiões, foi possível perceber os processos autogestionários na prática, assim como o entendimento de pertencimento a comunidade e os esforços para integralizar a população e a Associação. Essas vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público. Esses processos propiciam, nas palavras de Laville e Gaiger(2009):

> O agir coletivo da economia solidária, consubstanciado na autogestão, institui novos protagonistas no mundo de trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa. Quando os experimentos coletivos convertem-se em comunidades de trabalho, instituem uma racionalidade na qual a atividade econômica funciona como meio para a consecução de outros fins. As novas tensões dialéticas entre os indivíduos e sua coletividade de pertença dão vigor a uma identidade propriamente social, no sentido de estar referida a aspirações de indivíduos-em-relação e a uma visão que tende a integrar as dimensões da vida humana. (LAVILLE, GAIGER, 2009, p. 166)

Em outra ocasião, a presidente da Associação sugeriu a ideia de um fundo rotativo[5] para fomento da feira, visto que, devido ao cenário atual país, o NESTH não possuiria mais recursos para acompanhar e fomentar a feira em 2018. Com o interesse sobre o fundo, o NESTH fez uma formação sobre exemplos de fundos solidários e todas ficaram empolgadas. Mais uma vez é perceptível a utilização do princípio autogestionário para a resolução de problemas de modo coletivo.

As participantes também discutem, nas reuniões, os problemas locais da comunidade, e de que forma o grupo enquanto Associação se posiciona para a solução dos mesmos. Como exemplo, a feira, que acontece até durante o dia indo até a noite, tinha um grave problema de segurança, uma vez que a praça era mal iluminada. Nesse sentido, as participantes se dispuseram a ir à delegacia solicitar medidas paliativas para o problema. Ainda em relação à comunidade, as participantes estavam organizando, na ultima participação do NESTH nas reuniões

[5] Fundo rotativo são fundos destinados ao apoio a projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços e das necessidades básicas dos grupos envolvidos. Por meio dos Fundos Rotativos Solidários, investem-se recursos monetários ou não monetários na comunidade, através de apoio a projetos, podendo ser devolutivos ou não, e quando exige a devolução, os prazos de reembolsos são mais flexíveis e mais adaptados às condições das famílias. O apoio pode ser em dinheiro, em produtos ou em serviços. O acesso é facilitada o que democratiza o crédito, além de estimular o desenvolvimento local.

semanais, um abaixo assinado de reclamação sobre a precariedade do transporte público local.

O coletivo também se mostra bastante integrado com os órgãos executores do governo sob a forma do CRAS regional: as barracas da Associação e os produtos do brechó da Associação organizado a partir de doações dos moradores são guardados no CRAS durante a semana.

Para ilustrar o presente trabalho, também realizado um grupo focal guiado por um roteiro com, inicialmente, 20 perguntas. O grupo focal foi realizado no Centro de Administração Regional de Melo Viana no dia 10 de Outubro de 2017. Na ocasião, participaram cinco associadas, consideradas como as principais lideranças da Associação: A presidenta, a vice-presidenta, a primeira e terceira secretária e outra associada. Participaram também de modo indireto uma filha e um filho de duas das associadas.

Ressalta-se que algumas inadequações linguísticas, presentes nas falas das entrevistadas foram corrigidas, entretanto, não foi alterado o modo de falar característico das entrevistadas, preservando-se, assim, alguns erros gramaticais.

Dentre as motivações para participar do empreendimento, destaca-se a situação financeira, com todas as entrevistadas desempregadas na época de criação. Destaca-se também a oportunidade de desenvolver um ofício, como relata a primeira secretária, que percebeu na economia solidária uma oportunidade para seu filho, que possui um sofrimento mental, desenvolver o seu lado artístico já existente e gerar renda com isso.

Quando perguntadas sobre a rotina em uma empresa tradicional, todas, com exceção da vice-presidente que já trabalhava antes da realização da feira na Economia Solidária, ressaltaram sobre quão árduo era:

> *C: "Eu trabalhei nessas empresas, era muito cansativo, não tinha feriados e nem tempo para família... A rotina era muito pesada. Tinha dia que trabalhava a noite, chegava em casa de madrugada, as vezes ficava 5 dias fora, então era muito cansativo e foi quando eu perdi o emprego e vim para cá... era mais light mais tranquilo."*

L: "Eu sai do escritório porque eu não aguentei a pressão. E quando você tá trabalhando há muito tempo você não aguenta o ar condicionado, a rotina pesada, aquele pessoal falando no seu ouvido... No final eu cheguei ao cargo de chefia, mas também não gostei porque eu sempre quis trabalhar autônoma".

J: "Já trabalhei e era muito pesado, muita pressão e aposentei nessa empresa porque sobrecarregou demais. O problema de saúde que eu tive foi lá dentro...eu tive L.E.R no braço por causa do trabalho mecânico."

Sobre o cotidiano na feira, é possível perceber uma preocupação na busca de novidades para a produção, com o intuito de atrair compradores. É necessário ressaltar que desde o início da feira os ganhos obtidos foram mínimos, apesar disso, elas se mostram bastante autoconfiantes e dispostas a pesquisar novos produtos. Todas as participantes afirmaram que os dias da semana são dedicados à preparação e organização dos produtos, além de pesquisas para trazer novidades para os clientes.

As principais diferenças entre trabalhar em um empreendimento solidário e numa empresa comum, citadas por elas, é a flexibilidade proporcionada pela Associação, com elas mesmas gerindo o seu tempo no decorrer da semana. Uma questão também bastante recorrente entre as entrevistadas foram os benefícios da ausência da figura do patrão.

Da: "Eu sempre tô querendo trazer novidades para a feira... coisas novas para mostrar para o público. Trabalhando na economia solidária eu trabalho para mim, eu trabalho na hora que eu quero e eu não tenho patrão e ninguém pra encher a minha paciência".

De: "Ao longo da semana a gente já vai pensando em como que vai ser no sábado e no sábado já começa toda aquela expectativa e aquela correria, mexe daqui mexe dali pra chegar no horário e vim na feira. Mesmo que a gente não vendia, a maior alegria era tá aqui, junto de todo mundo, fazendo bagunça, brincando quando não tinha cliente,

virou uma grande família. Lá na empresa eu trabalho e tem o patrão, aqui, eu sou o meu patrão, é diferente, e isso é muito bom".

L: "Aqui eu tenho meu dinheiro que eu posso tá controlando, saber oque que eu vou fazer com ele, um dinheiro meu que eu vejo e não vai enriquecer outras pessoas... vai ser eu administrando, eu mesma crescendo, e também a responsabilidade que aqui é mais difícil, lá você tem as pessoas que pensam por você, lá você trabalha igual burro de carga e aqui não".

Para captar o surgimento de uma nova cidadania, foram feitas algumas perguntas sobre a participação das associadas em movimentos sociais antes da Associação para que, desse modo, fosse possível auferir se a cidadania refletida na participação da feira derivava da experiência de participação de outros movimentos sociais, como ilustra a primeira das três dimensões da nova cidadania propostas por Dagnino (2004).

Sobre a filiação a algum partido, apenas uma das cinco entrevistadas já era afiliada, mas, quando perguntada sobre as ideias do mesmo, a resposta obtida foi que sua filiação foi derivada da sua participação em uma campanha eleitoral, e que, portanto, não conhecia muito sobre o partido.

Quando perguntadas sobre a participação em algum movimento social, fórum, conselho ou ONG, apenas a vice-presidente já participava, desde 2004, do Fórum Metropolitano de Economia Solidária. Nas palavras dela, *"tem tudo há ver com politica, pois lá é um querendo rancar o pescoço do outro"*. Outra entrevistada afirmou que às vezes participa do Fórum Municipal de Economia Solidária de Esmeraldas, e que essa participação ocorreu após a sua entrada na ASPEMEV.

Dessa forma, é possível auferir, como conclusão preliminar, que o surgimento de uma nova cidadania não decorreu da participação das associadas em outros movimentos, mas sim da própria participação na Associação. Todavia, é importante ressaltar que a não participação das entrevistadas em movimentos sociais e de bairro decorre da inexistência dos mesmos na comunidade. Uma associada buscou criar uma associação de moradores no Distrito, mas não obteve sucesso pela falta de interesse da comunidade.

Sendo assim, será investigado agora, por meio das entrevistas, se a *nova cidadania* praticada pelas participantes aproxima-se mais da segunda e terceira dimensões propostas por Dagnino(2004), estando à primeira associada à noção de que o conceito de cidadania agrega-se à construção da democracia que tem como fundamento a necessidade da constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram serem seus direitos e lutando para seu reconhecimento enquanto tais, e a terceira, a ideia de que a nova cidadania transcende a velha luta ou reinvindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado, buscando agora o direito de participar da própria definição desse sistema, formando assim um novo tipo de sociedade.

Algumas observações nesse aspecto já puderam ser auferidas a partir da observação participante nas reuniões e já foram relatadas neste estudo. A própria participação na economia popular solidária reflete a terceira dimensão proposta por Dagnino, porém, sob a ótica econômica, pois, como já citado no referencial teórico, a participação na economia solidária se refere à recusa do sistema econômico capitalista hegemônico e a busca por outros meios de vida. Só esse fato já constitui, em si, um indício de uma nova cidadania presente nas integrantes do empreendimento.

A partir das entrevistas realizadas, a proposta agora é perceber os sentidos de cidadania presentes no discurso das participantes. Quando perguntadas sobre os conceitos de cooperativismo, economia solidária, autogestão e solidariedade e suas relações, as participantes, a princípio, apresentaram um receio de não saber ao certo do que se tratava, mas, no decorrer da entrevista, guiada de modo informal, ela se expressaram.

> *C: "Na economia solidária eu entendi o seguinte: que a economia solidária que a gente aprendeu que é aquela coisa que você trabalha pra você que é autogestão você pode ser seu próprio patrão, que você aprende coisas novas e consegue trabalhar pra você e, além disso, ainda consegue trabalhar em união que são poucas pessoas que sabem fazer, trabalhar em união tendo respeito com o amigo, respeito com o colega aquela coisa de preocupação que acontece muito "o fulano eu vou ali você olha a minha barraca" e tal sem ter essa*

preocupação sem interesse em nada então... assim... é uma coisa que a economia solidária já fala, é solidariedade. Tem muitas pessoas que não concordam porque a mente deles já foi tão trabalhada nesses anos todos que tem que ter patrão e quando a gente sai da rotina a gente vê que não precisa do patrão. A partir do momento que tem um apoio para crescer sem ter ninguém para atrapalhar você tem a oportunidade de crescer e isso é muito bom.".

D: "É a liberdade que eu tenho de trabalhar pra mostrar meu produto... que é aquilo que eu sei fazer, muitas vezes você sabe fazer alguma coisa, mas ninguém sabe que você sabe, e a economia solidária ti dá essa liberdade, de mostrar o seu produto em grupo, ganhando em partes iguais, com todo mundo ajudando todo mundo.".

De: "É a liberdade de mostrar nossa capacidade nosso produto, além da união. Nós somos o nosso patrão, não tem horário e as necessidades são respeitadas".

Quando perguntadas sobre o conceito de cidadania, e se elas se consideravam cidadãs, todas foram enfáticas ao afirmar que sim.

C: "Eu me considero uma cidadã porque a cidadania é a partir do momento que você consegue lidar com as pessoas, que você consegue conquistar alguma coisa, quando você deixa o seu orgulho, a sua vida para você lutar por alguma coisa que você quer".

D: "Eu me acho uma cidadã batalhadora, e eu acho que a cidadania é você ter a capacidade de lutar por aquilo que você quer, e ter força, buscar e jamais olhar para trás".

De: "Cidadania é lutar pelos meus objetivos, tá sempre seguindo em frente, procurar ser cada dia melhor né? Tanto para mim quanto para a sociedade que eu vivo nela".

J: "Eu me considero uma cidadã e corro atrás para fazer com que eu seja respeitada como uma cidadã, mas eu também tenho que fazer, me valorizar mais, e fazer isso que eu tenha direito sobre isso."

Em relação à participação política, foi possível perceber um ceticismo em relação aos políticos atuais. Embora haja em todas as respostas a admissão da importância da política para a vida atual, e o reconhecimento de que a política não está apenas presente nos órgãos governamentais, o sentimento de descrença foi preponderante e as respostas sofreram esse viés.

> *C: "Antigamente a gente podia preocupar com politica, a politica merecia respeito, hoje em dia não tá merecendo respeito... porque os políticos hoje em dia só querem saber para eles e tirar vantagem em tudo, até uma simples coisas que você precisa, se uma pessoa vai ti ajudar ela tá já pensando na politica que ele vai fazer... se ele faz o bem, o ser humano hoje em dia não mais quer ajudar, a maioria faz alguma coisa pra saber se ele vai virar um deputado, um vereador mais a frente...".*

> *De: "Era pra ser uma coisa boa, mas hoje não está sendo porque há um tempo a gente pensava em eleger um prefeito, um deputado e vereador pra tá nos ajudando e hoje tá sendo o contrário, a gente ajuda eleger e chega lá não faz nada pra nos e nos que somos muito inocentes votamos nele. Na hora que eles tão lá, eles não quer saber de nos, quer puxar nosso tapete e não quer saber de nada da sociedade".*

Todavia, todas as entrevistadas reconheceram que política e a cidadania estão relacionadas.

> *L: "A politica não é só governamental, ela é empresarial, ela é familiar é oque a gente tá fazendo aqui. Politica é oque a gente vive no dia a dia, na família no governo, isso que a gente tá fazendo agora. Nós fazemos algo, reivindicamos algo, queremos algo para nós".*

> *D: "Hoje tudo que a gente vai fazer, igual quando a gente tá ali trabalhando na feira, eu tô fazendo uma politicagem que eu tô chamando pra mostrar oque é meu produto...".*

Entretanto, ao serem perguntadas sobre discussões políticas com familiares e amigos, todas as entrevistadas, com exceção de uma, afirmaram evitar conversas

sobre política no ambiente familiar. A maioria afirmou não conversar "*para evitar passar raiva"* ou que, falar sobre política "*sempre sai em discussão".*

O sentimento de descrença sobre a política atual também pôde ser percebido nas respostas sobre as últimas eleições. Todas demonstraram estar bastante decepcionadas e, por isso, descrentes sobre os benefícios da participação política. Apesar de se considerarem agentes políticas no contexto da sua comunidade, a política, na percepção delas, ainda está muito associada apenas à esfera governamental. Esse fato, confirma os dizeres de Carvalho (2001) sobre a excessiva valorização do Executivo que gera uma "estadania" e uma "esquizofrenia política" na qual os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais

Um estudo sobre as percepções dos cidadãos sobre o sistema político atual, realizado por Amorim (2007), confirma os resultados obtidos nas entrevistas. Segundo o estudo, o ceticismo e o afastamento dos cidadãos da esfera da política comprometem atitudes cidadãs favoráveis à democracia. Esse fato é primordial para entender a fragilidade da associação no alcance político.

Todos os três fatores contidos no estudo de Amorim (2007) que explicam a falta de credibilidade dos cidadãos quanto à esfera política (fraco desempenho econômico, aumento da corrupção e uso instrumental das instituições políticas) podem ser verificados em Melo Viana. É importante ressaltar que o prefeito de Esmeraldas, eleito em 2016, foi preso após graves escândalos de corrupção.

Com relação a isso, a Associação, atualmente, enfrenta um problema devido ao alvará para realização da Feira, que não foi renovado. A prefeitura não demonstrou interesse em um novo alvará, e, após discussões, foram disponibilizados alvarás individuais para as participantes, fato que enfraquece a Associação e estimula o ceticismo entre as participantes. Esses apontamentos podem ser corroborados pelas participantes quando perguntadas sobre os desafios para permanecer no empreendimento.

> *"C: São coisas que são tão fáceis, mas que parece muito difíceis, quando começamos desde o inicio tivemos problemas com policiamento, com alvará, tivemos vários tipos de problemas que não*

precisava tanto, não tinha tanta necessidade de ter esses problemas que era uma coisa tão simples mas que na mesma hora parecia muito difícil e complexo de conquistar, então isso pra gente é muito cansativo porque existe ate hoje[...] mas nós não desistimos não, não desistimos de jeito nenhum. Mesmo as pessoas tentando jogar a gente pra trás"

D: "[...]enfrentar os poderosos de Melo Viana, destruir as panelinha que tem dentro de melo Viana, comprar briga com que devia, é isso ai."

J: "A gente enfrentar os poderosos da região, da justiça, da prefeitura."

De: A falta de compreensão das pessoas, tanto do lado da prefeitura que nunca tá a disposição de ajudar quanto do lado das pessoas que quando a gente fechava a rua a própria comunidade vinha e entrava arrebentado a faixa que a gente tinha colocado e saia entrando, passava com carro em cima da gente, era moto, cavalo era aquela correria brincando de esconde esconde, xingando as vezes, mas a luta ta ai, a luta nunca acaba.

Apesar das dificuldades enfrentadas, ao analisar as falas, observa-se no discurso das entrevistadas um resgate da esperança, da autoestima e do desenvolvimento que não havia antes da existência da Associação. Quando perguntadas sobre as principais lições aprendidas participando de um empreendimento solidário, todas elas ressaltaram a união vivida no grupo, o respeito, a solidariedade e a paciência aprendida para lidar umas com as outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar se os princípios da economia solidária possuem mecanismos que podem favorecer o surgimento de uma nova cidadania. Desse modo, foi realizado um estudo de caso da Associação de Produtores de Melo Viana para investigar, de forma exploratória, se os princípios da economia solidária possuem os elementos constitutivos de uma sociedade capaz de questionar o processo de alienação, individualismo e exploração propiciados pelo capitalismo, em direção a outra economia capaz não só de gerar renda, como também de construir uma cidadania ativa e uma esfera pública democrática para o surgimento de novos sistemas de poder centrados na própria sociedade civil

Para entender de que maneira a economia popular solidária se contrapõe às perversidades do sistema econômico hegemônico atual e se apresenta como um campo fecundo de uma nova cidadania, foi feito no primeiro capítulo um panorama das configurações presentes do universo do trabalho. A partir desse panorama, foi possível identificar os antecedentes que propiciaram o surgimento da economia popular solidária e apresentar as suas principais características que a distanciam do sistema capitalista, tendo como foco o caso brasileiro e as peculiaridades presentes nas características dos empreendimentos econômicos solidários espalhados pelo país.

No segundo capítulo, para analisar de que forma a prática da economia solidária pode beneficiar o surgimento de uma nova cidadania, foi feita uma revisão bibliográfica do conceito de cidadania a partir de autores clássicos, contextualizando-os com o caso brasileiro. Partindo do pressuposto de que os as garantias constitucionais são insuficientes para uma cidadania plena e, a partir da perspectiva de Evelina Dagnino sob as novas formas de participação, sobretudo a sua fala sobre a importância do papel das subjetividades na construção de um novo tipo de sujeito social, constatou-se a importância da transformação cultural na construção da democracia. Desse modo, dois dos principais pilares da economia solidária, a autogestão e a solidariedade, foram apresentados com o intuito de demonstrar de que maneira eles podem ser benéficos nesse processo de transformação cultural.

O estudo de caso, feito a partir da experiência da Associação de Produtores de Economia Solidária de Melo Viana, corrobora a hipótese inicial desse estudo, de que os empreendimentos solidários propiciam os mecanismos que favorecem o surgimento de uma nova cidadania. O exercício da participação e da convivência, observados através da observação participante nas reuniões, apontam para a construção de novos tipos de relações pautadas na reciprocidade e em mecanismos solidários que vão além da execução da Feira, propiciando uma convivência democrática que gera autonomia, autoestima e reconhecimento social. Nas entrevistas realizadas, também foi possível perceber, a partir do ponto de vista das próprias entrevistadas, os fortes vínculos afetivos propiciados pela prática solidária. Os espaços públicos de proximidade gerados por meio das práticas autogestionárias também foram evidentes.

Entretanto, o alcance político da Associação ainda deixa a desejar, o que pode ser explicado pelo aumento da pobreza e da exclusão social que propicia um cenário de descrença e de afastamento dos cidadãos da esfera política. Apesar do campo fecundo presente na economia solidária para novas práticas políticas, e da Associação ter total ciência do seu potencial enquanto agente transformador da realidade, essa ação muitas vezes é limitada por conta de relações clientelistas presentes nos órgãos que executam a política na comunidade, fato que causa um desânimo nos participantes, que são desestimulados a continuar lutando por direitos ao verem que suas ações não são devidamente reconhecidas.

Outro fator que limita o alcance dessa cidadania pode ser explicado pela inexistência de meios para que os moradores de Melo Viana interajam coletivamente com a Associação em prol da transformação de sua realidade. A inexistência desses meios dificulta a formação de vínculos entre a comunidade e Associação e, consequentemente, dificulta a construção de uma identidade comunitária.

Nesse sentido, é necessária a insistência das entidades de fomento, representadas nesse estudo na figura do NESTH, com a Associação, por meio de formações políticas focadas em demonstrar as potencialidades do coletivo enquanto agentes transformadores para um alcance político mais efetivo.

Ressalta-se que esse estudo é exploratório e que, uma vez constatado que dentro da economia solidária estão presentes os mecanismos de uma nova

cidadania, seriam necessários outros estudos para identificar de que maneira esse alcance poderia ser mais efetivo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. S. (2007). *Cidadania e participação democrática.* Florianopolis: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.

ANTUNES, R. (2005). *O caracol e sua concha: Ensaios sobre a morfologia do trabalho.* São Paulo: Boitempo.

BOMFIM, L. A. (2009). *Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde.* Rio de Janeiro: Physis vol.19 no.3.

CARVALHO, J. M. (2001). *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho.* Rio de Janeiro: Campus.

CORAGGIO, L. J. (2009). Economia do Trabalho. Em A. D. CATTANI, J. L. LAVILLE., L. I. GAIGER, & P. HESPANHA, *Dicionário Internacional da Outra Economia.* São Paulo: Almedina Brasil.

DAGNINO, E. (2004). Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que Estamos Falando? Em D. M. (Coord.)., *Políticas de Ciudadania y Sociedade Civil em Tiempos de Globalización.* Caracas: Universidad Central de Venezuela.

DIONNE, H. (2007). *A pesquisa-ação para o desenvolvimento.* São Paulo: Liber.

GAIGER, L. I. (2009). *Antecedentes e expressões atuais da economia solidária.* Revista Crítica de Ciências Sociais, n.84, p.81-99.

HORTA, C. R., & ALVES, F. A. (2016). *Pesquisa-ação participativa para o desenvolvimento local e economia solidária com grupos populares na Região de Belo Horizonte .*

HORTA, C. R. (2006). Tecnologia social: um conceito em construção. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 5 - nº. 10

HORTA, C. R., MENDONÇA, C. P., ALVES, F. A., COSTA, J. J., & GIFFONI, J. M. (2013). *Quilombolas de Minas Gerais: Uma metodologia de Resgate de Identidades.* Belo Horizonte: 2013.

KRAYCHETE, G. (2006). *Economia popular solidária: paisagens e miragens.* Serviço Social em Revista (Online), v.9, n.1, p.1-15.

LAVILLE, J.-L., & GAIGER, L. I. (2009). Economia Solidária. Em A. D. CATTANI, J. L. LAVILLE, L. I. GAIGER, & P. HESPANHA, *Dicionário Internacional da Outra Economia.* São Paulo: Almendina.

LIMA, J, C. (2006).Trabalho informal, autogestionário e gênero. Sociedade e cultura. V.9, N. 2, JUL/DEZ. p. 303-310.

MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARTINS, Paulo Henrique. (2009) Ação pública local e desafios de uma cidadania solidária. Cadernos Feministas de Economia e Política , v. 5, p. 45-67.

PETERSEN, F. S. SOUZA, T. G., & LOPES, A. A. (2014). *Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão.* Psicologia & Sociedade, 26(2), 483-495.

PNUD, Ipea, & FJP. (s.d.). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.*

SANTOS, W. G. (1979). *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira.* Rio de Janeiro : Campus.

SINGER, P. (2000). Economia dos setores populares: propostas e desafios. Em G. Kraychete, F. Lara, & B. Costa, *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.* Petrópolis: Vozes.

SINGER, P. (2002). *Introdução a economia solidária.* São Paulo : Perseu Abramo.

SINGER, P. (2014). Dez anos da secretaria nacional de economia solidária. Em *Mercado de trabalho: conjuntura e análise. V.56.* IPEA.

SECRETATIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes). (2013). *Boletim Acontece Senaes. N.34.*

YIN, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos.* Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICE (ROTEIRO DE ENTREVISTAS)

1. O que te motivou a participar do empreendimento econômico solidário?

2. Você já trabalhou em empresas tradicionais? Como era o cotidiano e sua rotina de trabalho na empresa tradicional?

3. Como é seu cotidiano e sua rotina agora? Qual é a principal diferença entre trabalhar em um empreendimento solidário e numa empresa comum?

4. Você saberia definir COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA e AUTOGESTÃO? Como você aprendeu sobre esses assuntos? O que foi novidade para você?

5. Qual foi a principal lição que você aprendeu trabalhando em uma associação?

6. Quais foram as principais conquistas / os principais ganhos obtidas/os por você a partir do empreendimento?

7. Quais foram os principais desafios enfrentados por você para permanecer no empreendimento?

8. Para você, o que significa trabalhar? O trabalho é importante? Para que?

9. Para você, o que é cidadania? Você se considera um cidadão(ã)? Por que?

10. Para você, o que é política?

11. A política é importante? Para quê?

12. Você acha que a política está presente no seu dia-a-dia? Em quais situações?

13. Você vê alguma relação entre cidadania e política?

14. Você é filiado ou se identifica com algum partido político? Por quê? Você conhece as idéias que este partido defende? Você já era filiado(a) antes de entrar na associação?

15. Você participa de associações de moradores, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) ou outra forma de associação comunitária? Quais? Você já participava antes de entrar na cooperativa? Na sua opinião, isso tem a ver com política?

16. Você participa de algum movimento social, fórum, conselho ou ONG? Quais? Você já participava antes de entrar na cooperativa? Na sua opinião, isso tem a ver com política?

17. Você conversa sobre política com seus familiares e amigos? Como são essas conversas? Você já conversada antes de entrar na cooperativa? Essas conversas mudaram após sua entrada na cooperativa?

18. Oque você achou das últimas eleições para presidente? E para prefeito da sua cidade?

19. Você sabe o que é capitalismo e socialismo? Se sim, com qual deles você se identifica? Explique seu ponto de vista. Você já pensava assim antes de entrar na cooperativa?

21. A comunidade ou o seu bairro possui algum problema de infra-estrutura, por exemplo, esgotos a céu aberto, falta de segurança (violência e criminalidade), falta de escolas etc.? O que você faz para tentar resolver? Na sua opinião, isso tem a ver com política?

22. Você consegue ver alguma semelhança entre autogestão e cidadania